KAROLAYNE REZENDE DE CARVALHO

O SISTEMA MINEIRO DE AVALIAÇÃO E EQUIDADE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA (SIMAVE) E SEUS DESDOBRAMENTOS NO CONTEXTO DE DUAS ESCOLAS DO SUL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

LAVRAS – MG
2026

KAROLAYNE REZENDE DE CARVALHO

O SISTEMA MINEIRO DE AVALIAÇÃO E EQUIDADE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA (SIMAVE) E SEUS DESDOBRAMENTOS NO CONTEXTO DE DUAS ESCOLAS DO SUL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Educação, área de concentração em Desenvolvimento profissional docente, práticas pedagógicas e inovações, para a obtenção do título de Mestra.

Prof. Dr. Regilson Maciel Borges

Orientador

LAVRAS - MG
2026

KAROLAYNE REZENDE DE CARVALHO

O SISTEMA MINEIRO DE AVALIAÇÃO E EQUIDADE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA (SIMAVE) E SEUS DESDOBRAMENTOS NO CONTEXTO DE DUAS ESCOLAS DO SUL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Educação, área de concentração em Desenvolvimento profissional docente, práticas pedagógicas e inovações, para a obtenção do título de Mestra.

APROVADA em 30 de março de 2026.
Dr. Regilson Maciel Borges – UFLA.
Dr. (a) Ana Lúcia Cunha Duarte - UEMA
Dr. Paulo Henrique Arcas – UFLA

gov.br
Documento assinado digitalmente
REGILSON MACIEL BORGES
Data: 23/06/2026 17:35:02-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Regilson Maciel Borges

Orientador

LAVRAS - MG
2026

Ficha Catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

Carvalho, Karolayne Rezende de.
O Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE) e seus desdobramentos no contexto de duas escolas do sul de Minas Gerais / Karolayne Rezende de Carvalho. - 2026.
109 p. : il.

Orientador: Regilson Maciel Borges

Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Federal de Lavras, 2026.
Bibliografia.

1. SIMAVE. 2. avaliações externas em redes municipais. 3. uso pedagógico dos resultados. 4. atores escolares. 5. trabalho pedagógico. I. Borges, Regilson Maciel. II. Universidade Federal de Lavras. III. Título.

Dedico ao bom Deus por ser
meus sustentos nos bons e maus
momentos e a minha família pela
presença constante, pelo carinho e
compreensão nos momentos de
ausência e pelas palavras de motivação
que sempre me impulsionaram a seguir
em frente.

AGRADECIMENTO

Primeiramente, agradeço a Deus, pela força, proteção e inspiração constantes em todos os momentos dessa caminhada. Sua presença foi essencial para enfrentar os desafios e celebrar as conquistas.

Aos meus familiares, meu sincero agradecimento por cada gesto de apoio, carinho e compreensão. Vocês foram o porto seguro e a fonte de encorajamento em cada etapa.

Aos amigos, pela amizade sincera e pelas palavras de incentivo, minha gratidão por estarem ao meu lado e por fazerem esses momentos mais leves e significativos.

Ao meu orientador e professores, pela orientação, paciência e pelos ensinamentos transmitidos com dedicação. Agradeço por me conduzirem nesse processo de amadurecimento acadêmico e por me incentivarem a seguir em frente com confiança e persistência.

Aos colegas de jornada, que dividiram comigo as dúvidas, os esforços e as alegrias. Obrigado pelo companheirismo, pelas trocas de ideias e pelo apoio recíproco, que tornaram esta trajetória mais enriquecedora.

À Universidade Federal de Lavras (UFLA) e ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), agradeço pela oportunidade de desenvolvimento acadêmico e por toda a estrutura e recursos oferecidos, que foram essenciais para a realização deste trabalho.

“A avaliação educacional não é um fim em si mesma, mas um meio para compreender e transformar a prática pedagógica.”

(Luckesi,2011)

RESUMO

A presente pesquisa analisou os desdobramentos do Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE) no cotidiano pedagógico de duas escolas municipais do sul de Minas Gerais, considerando as percepções de professoras, diretoras e supervisor pedagógico acerca da apropriação e da utilização dos dados produzidos pelas avaliações externas. A investigação buscou compreender as formas pelas quais as escolas se apropriam dos dados das avaliações que compõem o SIMAVE e os desdobramentos desses resultados no trabalho docente, na gestão escolar e no acompanhamento pedagógico. O estudo fundamentou-se teoricamente nos estudos de Nigel Brooke, Alicia Bonamino, Sandra Zakia Sousa e Bernardete Gatti, direcionados à avaliação educacional e às avaliações externas em larga escala. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, desenvolvida por meio de levantamento bibliográfico em bases de dados acadêmicas, análise documental e entrevistas semiestruturadas realizadas com oito professoras do 2º ao 5º ano do Ensino Fundamental, duas diretoras e um supervisor pedagógico. Os dados foram analisados com base na análise de conteúdo. A pesquisa bibliográfica evidenciou lacunas nas produções acadêmicas sobre o uso pedagógico dos resultados do SIMAVE, especialmente no contexto das escolas municipais. A análise documental revelou que os resultados das avaliações externas aparecem em atas, circulares e projetos pedagógicos, embora seu uso permaneça predominantemente associado a demandas administrativas e burocráticas, sem se consolidar como referência para o replanejamento pedagógico. As entrevistas destacaram que o SIMAVE é reconhecido como instrumento de diagnóstico da aprendizagem; entretanto, sua apropriação pedagógica ocorre de forma pontual e limitada, marcada por dificuldades na interpretação dos dados e reduzida articulação com o planejamento escolar. Como produto educacional, foi elaborado o material “SIMAVE em Foco: Como Transformar Dados em Ação Pedagógica”, destinado à formação de professores, gestores e supervisores pedagógicos, com o intuito de contribuir para o uso formativo e crítico dos resultados das avaliações externas no contexto escolar.

Palavras-chave: SIMAVE; avaliações externas em redes municipais; uso pedagógico dos resultados; atores escolares; trabalho pedagógico.

ABSTRACT

This study analyzed the implications of the Minas Gerais Public Education Assessment and Equity System (SIMAVE) in the pedagogical routine of two municipal schools located in southern Minas Gerais, Brazil, considering the perceptions of teachers, principals, and a pedagogical supervisor regarding the appropriation and use of data generated by external assessments. The investigation sought to understand how schools make use of the data produced by the assessments that comprise SIMAVE and the effects of these results on teaching practices, school management, and pedagogical monitoring. The study was theoretically grounded in the works of Nigel Brooke, Alicia Bonamino, Sandra Zakia Sousa, and Bernardete Gatti, whose research focuses on educational evaluation and large-scale external assessments. This qualitative and exploratory study was conducted through a literature review of academic databases, document analysis, and semi-structured interviews with eight teachers from the 2nd to the 5th grades of Elementary Education, two school principals, and one pedagogical supervisor. Data were analyzed using content analysis procedures. The literature review revealed gaps in academic studies concerning the pedagogical use of SIMAVE results, particularly within the context of municipal schools. Document analysis showed that external assessment results appear in meeting minutes, official communications, and pedagogical projects; however, their use remains predominantly associated with administrative and bureaucratic demands, rather than being consolidated as a reference for pedagogical replanning. The interviews highlighted that SIMAVE is recognized as an important tool for diagnosing student learning; nevertheless, its pedagogical appropriation occurs in a limited and occasional manner, marked by difficulties in data interpretation and weak integration with school planning processes. As an educational product, the material entitled *"SIMAVE in Focus: How to Transform Data into Pedagogical Action"* was developed to support the professional development of teachers, school administrators, and pedagogical supervisors, aiming to promote a formative and critical use of external assessment results within the school context.

Keywords: SIMAVE; external assessments in municipal school systems; pedagogical use of assessment results; school stakeholders; pedagogical work.

INDICADORES DE IMPACTO

A presente dissertação gera impactos de caráter social, educacional, cultural e institucional, ao analisar criticamente os desdobramentos do Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE) no contexto de duas escolas municipais do sul do estado de Minas Gerais. Os resultados obtidos evidenciaram repercussões concretas no que se refere à leitura, à interpretação e à utilização pedagógica dos dados das avaliações externas, ao apontarem desafios relacionados à apropriação desses resultados no contexto escolar, bem como desdobramentos potenciais ao subsidiarem processos formativos e decisões pedagógicas futuras. Do ponto de vista social e educacional, a pesquisa contribui para o fortalecimento de uma cultura avaliativa formativa, ao problematizar práticas de uso punitivo ou meramente classificatório dos resultados, beneficiando diretamente professores, gestores e supervisores pedagógicos das escolas investigadas, estimando-se a participação direta de aproximadamente docentes e equipes gestoras envolvidas no processo de investigação e validação do produto educacional. O trabalho apresenta caráter extensionista, ao dialogar com profissionais da educação básica externos à UFLA, promovendo a circulação do conhecimento científico produzido e a aproximação entre universidade e escola pública. O território impactado compreende o contexto educacional municipal do sul de Minas Gerais, com potencial de ampliação para outras redes públicas que utilizam o SIMAVE. No âmbito tecnológico e institucional, o desenvolvimento do produto educacional contribui para a sistematização de orientações pedagógicas acessíveis, favorecendo o uso qualificado de dados educacionais no planejamento escolar. Os impactos do trabalho inserem-se prioritariamente na área temática Educação, conforme a Política Nacional de Extensão, e dialogam com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, especialmente o ODS 4 (Educação de Qualidade), ao promover práticas pedagógicas mais equitativas e orientadas à aprendizagem, e o ODS 10 (Redução das Desigualdades), ao incentivar a identificação e o enfrentamento das desigualdades educacionais evidenciadas pelos dados avaliativos.

IMPACT INDICATORS

This dissertation generates social, educational, cultural, institutional, and technological impacts by critically analyzing the effects of the Minas Gerais Public Education Evaluation and Equity System (SIMAVE) in the context of two municipal schools located in the southern region of the state of Minas Gerais, Brazil. The results obtained demonstrate direct and concrete impacts, as they reveal persistent difficulties in the reading, interpretation, and pedagogical use of large-scale assessment data, as well as potential impacts, by supporting formative processes and future pedagogical decision-making. From a social and educational perspective, the study contributes to strengthening a formative assessment culture by questioning punitive or merely classificatory uses of external evaluation results, directly benefiting teachers, school administrators, and pedagogical supervisors involved in the research process and in the validation of the educational product. The study presents an extension-oriented character, as it involves education professionals external to the Federal University of Lavras (UFLA), promoting the dissemination of scientific knowledge and strengthening the relationship between the university and public basic education schools. The impacted territory comprises the municipal educational context of southern Minas Gerais, with potential applicability to other public education systems that adopt SIMAVE. In institutional and technological terms, the development of the educational product contributes to the systematization of pedagogical guidelines that support the qualified use of educational data in school planning. The impacts of this research are primarily classified under the thematic area of Education, according to the Brazilian National Extension Policy, and are aligned with the United Nations Sustainable Development Goals (SDGs), particularly SDG 4 (Quality Education) and SDG 10 (Reduced Inequalities), by promoting more equitable pedagogical practices focused on student learning.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Distribuição das produções científicas identificadas.....54
Gráfico 2 – Trabalhos selecionados no levantamento bibliográfico.....55

LISTA DE SIGLAS

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FCC – Fundação Carlos Chagas

CAEd/UFJF – Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora

PAAE – Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar

PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação

Científica PPP – Projeto Político-Pedagógico

PROALFA – Programa de Avaliação da Alfabetização

PROEB – Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica

SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica

SciELO – Scientific Electronic Library Online

SEE/MG – Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais

SIMAVE – Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFLA – Universidade Federal de Lavras

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Produções acadêmicas sobre SIMAVE e avaliação externa (2019-2024).....57

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 16
SEÇÃO I – O SISTEMA MINEIRO DE AVALIAÇÃO E EQUIDADE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA (SIMAVE) NO CONTEXTO ESCOLAR.....22
1.1 A Avaliação Externa no Brasil e a constituição histórica do SIMAVE.....22
1.2 Estrutura, indicadores e resultados do SIMAVE.....28
1.3 O SIMAVE nas redes municipais de ensino: limites, participação e desafios.....32
1.4 Desdobramentos das avaliações externas no contexto escolar e apropriação dos resultados pelas escolas..... 35
SEÇÃO II – CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....39
2.1 Delineamento metodológico, contexto e participantes da pesquisa.....39
2.2 Etapas de Coleta de dados: Entrevistas e Análise Documental Pesquisa.....46
2.3 Técnica de Análise de Conteúdo e Considerações Éticas.....50
SEÇÃO III – A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE O SIMAVE: MAPEAMENTO EM BASES BIBLIOGRÁFICAS.....53
3.1 Levantamento bibliográfico em bases de dados.....53
3.2 Produções científicas analisadas.....56
3.3 Relação com a presente pesquisa.....60
3.4 Levantamento bibliográfico e considerações para a análise empírica.....61
SEÇÃO IV – O SIMAVE NAS ESCOLAS MUNICIPAIS: ANÁLISE DOCUMENTAL E VOZES EDUCACIONAIS..... 63
4.1 Análise de Dados Documentais.....63
4.2Análise das Entrevistas..... 69
4.3 Percepções, Apropriações e Desdobramentos do SIMAVE no Cotidiano Escolar.....70
4.4 Articulação entre Levantamento Bibliográfico, Análise Documental, Entrevistas e Produto Educacional.....76
CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 79
REFERÊNCIAS.....81
APÊNDICES..... 84
ANEXO.....107

INTRODUÇÃO

As avaliações externas em larga escala têm assumido centralidade nas políticas educacionais brasileiras nas últimas décadas, sendo frequentemente apresentadas como instrumentos capazes de aferir a qualidade da educação e promover melhorias no ensino. No entanto, a ampliação desses sistemas avaliativos tem suscitado debates e tensões quanto aos seus usos e efeitos no cotidiano das escolas, especialmente no que se refere à apropriação pedagógica dos resultados, à responsabilização dos sujeitos escolares e às implicações para o trabalho dos professores e da gestão escolar, conforme aponta Afonso (2009). Desse modo, no decorrer deste estudo buscou-se compreender como os sujeitos escolares interpretam, ressignificam e utilizam os dados produzidos por essas avaliações no âmbito escolar.

Partindo desse pressuposto, cabe destacar que a institucionalização das avaliações externas no Brasil remonta à década de 1990, período em que essas avaliações passam a assumir contornos de maior controle e regulação do sistema educacional. Embora experiências avaliativas com caráter diagnóstico já estivessem presentes desde a década de 1980, é a partir da consolidação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), em 1990, que se estrutura uma política nacional de avaliação educacional em larga escala, orientada à produção sistemática de indicadores de qualidade, à regulação dos sistemas de ensino e à indução de decisões governamentais no campo da gestão e do financiamento da educação básica (Costa; Vidal; Vieira, 2019). Nesse contexto, o SAEB consolida-se como política nacional de avaliação educacional, influenciando a formulação e o fortalecimento de sistemas estaduais de avaliação, como o Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE), ao qual os municípios podem aderir, conforme discutem Brooke e Bonamino (2013) ao analisarem a expansão das avaliações em larga escala no Brasil.

Nesse contexto de fortalecimento das políticas avaliativas, destaca-se também a criação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), em 1998, inicialmente concebido como instrumento de avaliação das competências e habilidades desenvolvidas ao longo da educação básica. Com o passar do tempo, o exame ampliou seu escopo e sua relevância no cenário educacional, reforçando a centralidade dos resultados educacionais na formulação de políticas públicas. Paralelamente, diferentes estados brasileiros passaram a estruturar seus próprios sistemas de avaliação, com destaque para Ceará e Minas Gerais, que instituíram suas políticas avaliativas ainda em 1992 (Brooke; Cunha; Faleiros, 2011). Esse conjunto de iniciativas evidencia a consolidação de uma política avaliativa de caráter nacional, vinculada a discursos

de qualidade, eficiência e responsabilização, cujos efeitos no cotidiano escolar demandam análise crítica.

Assim, em Minas Gerais, as primeiras experiências sistematizadas de avaliação ocorreram por meio do Ciclo Básico de Alfabetização (CBA), em 1988. O CBA foi concebido como uma política pedagógica voltada à reorganização do processo de alfabetização, fundamentada na ampliação do tempo escolar e na superação da lógica seriada tradicional, buscando enfrentar os altos índices de repetência e evasão nos anos iniciais do ensino fundamental. Nesse contexto, a avaliação assumiu caráter diagnóstico e formativo, orientando o acompanhamento das aprendizagens e a tomada de decisões pedagógicas, ainda que já se observasse a produção sistemática de informações sobre o desempenho dos estudantes, em consonância com o movimento mais amplo de institucionalização das políticas avaliativas no país (Franco; Calderón, 2017).

Posteriormente, em 1992, a Secretaria de Estado da Educação instituiu o Programa de Avaliação do Sistema Estadual de Ensino, com o intuito de diagnosticar e compor um acervo de dados que fundamentasse planos de intervenção na baixa produtividade do sistema educacional. De acordo com Franco e Calderón (2017, p. 138), a finalidade do programa era "diagnosticar e compor acervo de dados e informações, fornecendo base para implementação de um plano de melhoria do ensino destinado a intervir na baixa produtividade do sistema educacional". Esse programa foi aplicado em três ciclos consecutivos até 1997, consolidando uma cultura avaliativa em formação.

Contudo, é a partir dos anos 2000 que a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (SEE/MG), em parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF), instituiu o Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE). Esse sistema tem como propósito central avaliar o desempenho dos estudantes da rede pública, promover diagnósticos educacionais e subsidiar decisões voltadas à melhoria da qualidade e da equidade do ensino, sendo estruturado em três programas: o Programa de Avaliação da Alfabetização (PROALFA), o Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica (PROEB) e o Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar (PAAE) (Franco; Calderón, 2017). No caso das escolas investigadas nesta pesquisa, ambas participam do PROEB e do PROALFA, avaliações que compõem o SIMAVE e cujos resultados subsidiam ações pedagógicas e de gestão escolar.

Considerando que as avaliações externas vêm se consolidando como ferramentas de regulação e gestão educacional, seu papel no diagnóstico do desempenho estudantil e no planejamento das ações pedagógicas é reconhecido, tendo em vista que:

> é possível entender o docente como principal usuário dos resultados das Avaliações Externas e, por esse motivo, a ação do planejamento é fundamental para entender a necessidade de repensar suas ações pedagógicas, na perspectiva de utilizar os resultados obtidos pelos alunos em avaliações padronizadas no desenvolvimento do trabalho do professor (Vicente *et al*., 2017 *apud* Oliveira, 2020, p. 34).

Entretanto, apesar da centralidade atribuída ao uso pedagógico dos resultados, estudos indicam que esses dados nem sempre se convertem em melhorias efetivas no processo de ensino e aprendizagem. Brooke e Soares (2019) e Bonamino e Sousa (2018) apontam que, em muitos contextos, os resultados das avaliações externas assumem funções predominantemente associadas ao controle, à responsabilização e ao ranqueamento das escolas. Gatti (2014) ressalta que a ausência de formação específica, de tempo institucional e de espaços coletivos de análise compromete a apropriação crítica e formativa desses dados no interior das escolas.

Diante dessas limitações observadas nas avaliações externas, o estado de Minas Gerais estruturou o Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE), que fornece indicadores capazes de identificar níveis de aprendizagem em componentes curriculares como Língua Portuguesa e Matemática. O SIMAVE oferece subsídios para o planejamento pedagógico, tanto em nível de rede quanto de unidade escolar, buscando apoiar uma apropriação mais sistemática e contextualizada dos resultados, conforme discutem Bonamino e Sousa (2012) acerca do uso pedagógico das avaliações externas. Além das avaliações externas estaduais, os municípios também desenvolvem avaliações próprias e mecanismos internos de acompanhamento da aprendizagem, os quais coexistem com os dados produzidos pelo SIMAVE no contexto escolar.

Diante de todo o exposto, o presente estudo analisou os desdobramentos do SIMAVE no cotidiano de duas escolas municipais localizadas no sul do estado de Minas Gerais, considerando as formas pelas quais professoras, diretoras e a supervisão pedagógica se apropriam dos dados gerados pelas avaliações externas e os mobilizam em suas práticas pedagógicas e de gestão escolar. Parte-se da compreensão, conforme Freitas (2012), de que os resultados dessas avaliações, quando apropriados de forma limitada, tendem a reforçar lógicas de controle, em detrimento de seu potencial formativo.

Assim, a pesquisa parte da compreensão de que os resultados das avaliações externas tendem a assumir maior potencial formativo quando apropriados de forma crítica e contextualizada pelas escolas. Werle *et al.* (2016) enfatizam que os dados avaliativos não devem

ser tratados como fins em si mesmos, mas como instrumentos que, quando bem interpretados, podem orientar intervenções pedagógicas significativas. Nessa perspectiva, Bonamino e Sousa (2018) reforçam que os sistemas de avaliação podem induzir mudanças nas práticas pedagógicas, desde que os resultados sejam integrados ao cotidiano escolar.

Diante disso, Brooke e Soares (2019) alertam que o uso pedagógico das avaliações externas está diretamente condicionado à formação dos profissionais da educação e à existência de suporte institucional. Gatti (2014) também aponta que as dificuldades de análise e interpretação dos dados comprometem a efetividade das ações pedagógicas. Oliveira (2020) defende a construção de uma cultura avaliativa voltada à reflexão crítica, ao replanejamento e à melhoria contínua das práticas educacionais.

Dessa forma, a relevância deste estudo reside na constatação de que, apesar dos dados produzidos pelo SIMAVE, ainda há um distanciamento entre a geração dessas informações e sua apropriação efetiva no interior das escolas. Conforme destacam Bonamino e Sousa (2018), os sistemas de avaliação em larga escala nem sempre se convertem em instrumentos de melhoria da prática pedagógica, uma vez que seus resultados frequentemente permanecem restritos às instâncias administrativas ou são utilizados de forma burocrática, sem favorecer processos reflexivos no cotidiano escolar.

A escolha por investigar duas escolas municipais do sul de Minas Gerais justifica-se pela intenção de realizar uma análise situada e contextualizada, capaz de evidenciar como diferentes realidades escolares lidam com os desafios impostos pelo uso dos resultados do SIMAVE.

O interesse pela temática consolidou-se a partir de uma trajetória de pesquisa iniciada no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), entre 2020 e 2023, durante a graduação em Pedagogia na Universidade Federal de Lavras (UFLA). Nesse período, foram desenvolvidos estudos voltados às avaliações externas e, especialmente, ao Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE), os quais contribuíram para a construção do problema de pesquisa e para a definição do foco empírico desta dissertação.

O percurso investigativo resultou no desenvolvimento de quatro pesquisas: “A produção de conhecimento acadêmico-científica sobre os usos das avaliações externas pelos professores: uma pesquisa bibliográfica”; “Usos da avaliação externa pelos professores: análise da produção de conhecimento sobre o SIMAVE”; “A discussão sobre o uso dos resultados do Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE) pelos professores: análise de documentos oficiais”; e “Usos dos resultados do SIMAVE pelas diferentes instâncias das redes de ensino da microrregião de Lavras”. Tais investigações resultaram na elaboração do

Trabalho de Conclusão de Curso e na publicação de um artigo científico, em coautoria com o professor Regilson Borges, intitulado “Usos dos resultados das avaliações externas pelas secretarias de educação, gestores escolares e professores: análise da produção científica publicada no Brasil (2008–2018)”. Assim, a presente dissertação buscou dar continuidade a esse percurso investigativo, agora com foco empírico, analisando o uso pedagógico dos dados avaliativos em contextos escolares específicos.

A partir desse cenário, formula-se a seguinte questão norteadora: Como as escolas se apropriam dos resultados das avaliações que compõem o SIMAVE e quais os desdobramentos desses resultados no trabalho das professoras, da direção e da supervisão pedagógica?

Nesse sentido, o objetivo geral da pesquisa é analisar os desdobramentos do Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE) no cotidiano pedagógico de duas escolas municipais do sul de Minas Gerais, a partir da perspectiva de professoras, diretoras e da supervisão pedagógica.

Assim, para alcançar esse propósito, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- Analisar as formas de apropriação dos dados do SIMAVE pelas professoras do 2º ao 5º ano;
- Investigar a percepção das diretoras sobre o uso dos resultados do SIMAVE na gestão escolar;
- Compreender como a supervisão pedagógica realiza o acompanhamento e a formação relacionados ao uso dos resultados do SIMAVE;
- Identificar ações pedagógicas desenvolvidas a partir dos resultados do SIMAVE;
- Elaborar um conjunto de orientações pedagógicas, fundamentado nos dados da pesquisa, para apoiar o uso formativo dos resultados do SIMAVE.

A pesquisa foi conduzida e organizada em três momentos principais. O primeiro momento consistiu em um levantamento bibliográfico nas bases de dados da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), no Portal Educ@ da Fundação Carlos Chagas e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), com foco em produções científicas relacionadas ao uso das avaliações externas, especialmente o SIMAVE, no contexto das redes públicas de ensino.

O segundo momento compreendeu a análise documental, incluindo os Projetos Político Pedagógicos (PPP), regimentos escolares, atas de reuniões, circulares e memorandos das duas escolas participantes. A escolha desses documentos ocorreu em razão de sua relação com o planejamento pedagógico, a gestão escolar e o acompanhamento dos resultados das

avaliações externas, buscando identificar como os dados do SIMAVE aparecem institucionalmente nas práticas e nos registros escolares.

Por fim, o terceiro momento consistiu na pesquisa de campo, com a realização de entrevistas semiestruturadas com oito professoras do 2º ao 5º ano, duas diretoras e um supervisor pedagógico das escolas selecionadas. Inicialmente, o recorte da pesquisa previa a participação de professoras do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental; entretanto, as docentes do 1º ano optaram por não participar da pesquisa, alegando pouco conhecimento sobre o funcionamento e os resultados do SIMAVE. Assim, o recorte final concentrou-se nas professoras do 2º ao 5º ano.

A presente dissertação está organizada em quatro seções, além desta introdução. A Seção I – O Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE) no Contexto Escolar discute o papel da avaliação externa no Brasil, o histórico e a estrutura do SIMAVE, além de refletir sobre os desdobramentos e a apropriação dos seus resultados no contexto escolar. A Seção II – Caminhos Metodológicos da Pesquisa apresenta os procedimentos metodológicos adotados na investigação. A Seção III – A Produção de Conhecimento sobre o SIMAVE: Mapeamento em Bases Bibliográficas apresenta o levantamento e a análise das produções científicas nas bases mencionadas, focalizando o uso dos resultados do SIMAVE.

Já a Seção IV – O SIMAVE nas Escolas Municipais: Análise Documental e Vozes Educacionais traz os dados empíricos obtidos por meio da análise documental e das entrevistas, articulando-os ao referencial teórico. Por fim, as Considerações Finais sintetizam os principais achados da pesquisa, suas contribuições para a prática educacional e possibilidades para futuras investigações.

Além da dissertação escrita, foi desenvolvido um Produto Educacional intitulado “SIMAVE em Foco: Como Transformar Dados em Ação Pedagógica”, voltado à formação de professores, gestores escolares e supervisores pedagógicos. Esse material tem caráter formativo e prático, oferecendo orientações para a análise, interpretação e uso pedagógico dos resultados do SIMAVE. O conjunto de orientações pedagógicas conta com propostas de intervenção e roteiros de discussão coletiva, com a finalidade de apoiar o replanejamento das práticas pedagógicas com base em evidências concretas, contribuindo para o fortalecimento de uma cultura avaliativa nas escolas públicas.

SEÇÃO I – O SISTEMA MINEIRO DE AVALIAÇÃO E EQUIDADE NA EDUCAÇÃO PÚBLICA (SIMAVE) NO CONTEXTO ESCOLAR

A presente seção tem como objetivo apresentar e discutir os principais aspectos do Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE), analisando seu funcionamento, indicadores, resultados e os desdobramentos no contexto escolar.

Ao longo desta seção, busca-se contextualizar o papel das avaliações externas no cenário educacional brasileiro, destacando a evolução do SIMAVE e seus desdobramentos no cotidiano das escolas públicas de Minas Gerais. A compreensão de como os dados são gerados, utilizados e apropriados pelas unidades escolares revela-se essencial para o aprimoramento das práticas pedagógicas e da gestão educacional.

Esta seção é constituída por quatro subseções. Inicialmente, são abordadas as concepções e a trajetória das avaliações externas no Brasil, seguidas do histórico e da consolidação do Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE) no estado de Minas Gerais. Na sequência, são apresentados os principais indicadores e resultados produzidos pelo sistema, bem como as diferenças institucionais entre a rede estadual e as redes municipais no que se refere à participação e ao uso dos dados avaliativos. Posteriormente, são analisados os desafios e perspectivas do SIMAVE, os desdobramentos das avaliações externas no contexto escolar e, por fim, a apropriação dos resultados pelas escolas, com ênfase na forma como esses dados são interpretados e mobilizados nas práticas pedagógicas e nos processos de gestão escolar.

1.1. A Avaliação Externa no Brasil e a constituição histórica do SIMAVE

A avaliação externa no Brasil tem se consolidado como um componente relevante da política educacional, sendo mobilizada como mecanismo de regulação, monitoramento e acompanhamento da qualidade educacional, conforme discutem Bonamino e Sousa (2018). Historicamente, o sistema educacional brasileiro passou por diversas transformações, associadas à ampliação do acesso à escola e à necessidade de produzir informações mais sistemáticas sobre o funcionamento dos sistemas de ensino. Nesse contexto, as avaliações externas passaram a ser utilizadas como instrumentos voltados à produção de diagnósticos mais amplos sobre o desempenho escolar, possibilitando a identificação de potencialidades, desafios e elementos que requerem atenção no planejamento educacional.

A ampliação das avaliações externas no Brasil intensificou-se a partir do final do século XX, especialmente na década de 1990, quando se observa um movimento de institucionalização

de sistemas nacionais e estaduais de avaliação em larga escala. Conforme aponta Oliveira (2020), até então o país apresentava uma carência significativa de dados educacionais sistematizados, o que dificultava a formulação e o acompanhamento de políticas públicas. A partir desse período, as avaliações passam a ser associadas à necessidade de monitorar metas educacionais, acompanhar o desempenho das redes de ensino e produzir indicadores comparáveis em âmbito nacional e internacional.

Nessa direção, a avaliação externa corresponde a processos avaliativos concebidos, planejados e desenvolvidos por instâncias externas à escola, com a intenção de aferir o desempenho dos estudantes em relação a habilidades e competências definidas para determinadas etapas da escolarização. Diferentemente das avaliações internas, organizadas pelos professores no contexto da sala de aula, as avaliações externas utilizam instrumentos padronizados e produzem indicadores que possibilitam o acompanhamento das políticas educacionais e das expectativas de aprendizagem em larga escala. Conforme destaca Rocha (2012), quando apropriadas em sua função reguladora e formativa, essas avaliações podem subsidiar gestores e escolas na análise dos resultados educacionais e na definição de ações voltadas à melhoria do ensino.

Dessa maneira, entre as principais iniciativas de avaliação externa no cenário nacional, destacam-se o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), a Prova Brasil e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). De acordo com Gatti (2014), esses instrumentos passaram a fornecer informações sobre o desempenho dos estudantes, sobretudo em Língua Portuguesa e Matemática, sendo frequentemente utilizados como indicadores de qualidade educacional pelas instâncias gestoras.

Os documentos oficiais e os discursos institucionais atribuem às avaliações externas a função de subsidiar a gestão educacional e orientar a tomada de decisões pedagógicas e administrativas. Nessa perspectiva, conforme defendem Bonamino e Sousa (2018), os resultados poderiam contribuir para o planejamento escolar, a definição de prioridades e a alocação de recursos. Contudo, a própria literatura aponta que tais efeitos não são automáticos nem garantidos, estando condicionados à forma como os dados são interpretados e utilizados pelas redes e pelas escolas, bem como às condições institucionais existentes, como destacam Brooke e Soares (2019).

Todavia, é nesse ponto que emergem críticas consistentes ao uso das avaliações externas. Gatti (2014) chama atenção para os limites desse modelo avaliativo, especialmente quando os resultados passam a ser tratados como síntese da qualidade da educação. A autora

problematiza o risco de redução da complexidade dos processos educativos a indicadores numéricos, afirmando que:

> A avaliação de desempenho escolar, vinculada a programas de avaliação externa de redes de ensino, quando tomada como eixo central das políticas educacionais, tende a deslocar o foco dos processos formativos para os produtos mensuráveis, simplificando a compreensão da realidade escolar. A escola, enquanto espaço de múltiplas aprendizagens e relações sociais, não pode ser apreendida apenas por resultados de testes padronizados, sob pena de empobrecimento do próprio conceito de qualidade educacional (Gatti, 2014, p. 12).

Nesse sentido, a autora adverte que a padronização inerente às avaliações externas pode desconsiderar as especificidades culturais, sociais e pedagógicas dos diferentes contextos escolares. Tal crítica também é reforçada por Werle *et al.* (2016), ao argumentar que a centralidade excessiva nos resultados pode induzir práticas pedagógicas voltadas prioritariamente para o desempenho em testes, em detrimento de uma formação mais ampla e contextualizada.

Outro aspecto problematizado na literatura refere-se à forma como as avaliações externas são percebidas pelos profissionais da educação. Em muitos contextos, esses processos são associados a mecanismos de controle e responsabilização, o que pode gerar resistências e dificultar sua apropriação pedagógica. Gatti (2014) ressalta que, quando os resultados são utilizados de maneira desarticulada de processos formativos e reflexivos, a avaliação tende a assumir um caráter meramente classificatório e regulador:

> Quando a avaliação externa se distancia do cotidiano escolar e não se articula a políticas de formação e de apoio pedagógico, ela corre o risco de se constituir apenas como instrumento de controle, produzindo efeitos limitados ou mesmo negativos sobre o trabalho docente e sobre a organização das escolas (Gatti, 2014, p. 15).

Dessa forma, embora as avaliações externas sejam frequentemente apresentadas como instrumentos capazes de contribuir para a melhoria da educação, a literatura acadêmica evidencia que seus efeitos são contraditórios e dependem das condições concretas de implementação e uso. A literatura da área indica que a formação continuada dos professores, o tempo institucional para análise coletiva dos dados e o suporte das instâncias gestoras são elementos decisivos para que os resultados avaliativos possam assumir um caráter formativo.

O Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE), objeto central deste estudo, insere-se nesse cenário mais amplo das políticas de avaliação externa no Brasil. Assim como outros sistemas estaduais, o SIMAVE é concebido, nos documentos

oficiais, como um instrumento de diagnóstico e acompanhamento do desempenho dos estudantes. No entanto, conforme apontam os estudos críticos sobre avaliação educacional, sua potencialidade formativa não é dada a priori, devendo ser analisada à luz dos usos efetivamente realizados pelas escolas e pelos sujeitos que nelas atuam.

Assim, a avaliação externa no Brasil configura-se como uma dimensão complexa da política educacional, marcada por tensões entre regulação, controle e possibilidades formativas. A compreensão desses limites e contradições é fundamental para analisar, de forma crítica, os desdobramentos do SIMAVE no contexto escolar, evitando abordagens normativas ou excessivamente prescritivas.

Inserido nesse contexto mais amplo das políticas de avaliação externa no país, o Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE) constituiu-se como uma iniciativa estadual específica, cuja trajetória histórica permite compreender seus fundamentos, transformações e desdobramentos no cenário educacional mineiro.

O Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE), tal como se apresenta atualmente, emerge a partir dos anos 2000 no âmbito da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (SEE/MG), em parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). Contudo, sua constituição está vinculada a um movimento mais amplo de institucionalização das avaliações educacionais no estado de Minas Gerais, processo que remonta à década de 1980, conforme análise desenvolvida por Afonso (2009).

Segundo Afonso (2009), esse período foi marcado pela implementação de políticas educacionais voltadas à reorganização do ensino e ao enfrentamento de problemas estruturais da educação básica, entre as quais se destaca, em Minas Gerais, a implantação do Ciclo Básico de Alfabetização (CBA), em 1988. Tal política tinha como intuito reorganizar o processo de alfabetização e enfrentar os elevados índices de repetência e evasão escolar, ao mesmo tempo em que introduzia práticas iniciais de acompanhamento das aprendizagens, configurando-se como um antecedente relevante para a consolidação posterior de políticas de avaliação educacional em larga escala no estado.

O CBA configurou-se, assim, como uma política pedagógica voltada ao monitoramento das aprendizagens nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Embora ainda incipiente e não plenamente sistematizada, essa experiência avaliativa antecipava práticas de diagnóstico e acompanhamento das condições educacionais. Entretanto, conforme problematiza Afonso (2009), a utilização dos dados produzidos nem sempre se traduziu em mudanças substantivas nas práticas pedagógicas, evidenciando limites que, posteriormente,

também se fariam presentes em políticas avaliativas mais estruturadas. A literatura sobre avaliação educacional reforça que a ausência de formação específica e de suporte institucional adequado compromete a transformação dos resultados avaliativos em ações pedagógicas efetivas (Souza; Oliveira, 2010).

Em 1992, a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais criou o Programa de Avaliação da Escola Pública de Minas Gerais, que visava diagnosticar as condições de ensino nas escolas e analisar o desempenho dos alunos. Este programa, que funcionou como um precursor do SIMAVE, forneceu dados essenciais para a formulação de políticas públicas, mas, como a literatura crítica aponta, a utilização desses dados nem sempre resultou em melhorias efetivas na prática pedagógica. Assim, de acordo com Gatti (2014), o desafio é que dados quantitativos não se convertem automaticamente em melhorias pedagógicas, a não ser que haja uma interpretação e aplicação crítica no contexto da escola.

A partir dos anos 2000, o Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE) formaliza esse movimento avaliativo, passando a integrar as avaliações de desempenho das redes estadual e municipal em uma política mais sistemática e abrangente. Sua criação foi institucionalizada pela Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (SEE/MG) e teve como um de seus primeiros pilares o Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica (PROEB), que inicialmente avaliou os estudantes do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio, por meio de testes padronizados de Língua Portuguesa e Matemática. Em sua primeira edição, o PROEB foi aplicado tanto na rede estadual quanto nas redes municipais (SEE/MG, Portal SIMAVE).

Além dos testes cognitivos aplicados aos estudantes, o SIMAVE também incorpora instrumentos complementares de coleta de dados, como os questionários contextuais, destinados a estudantes, professores e gestores. Esses instrumentos têm a finalidade de reunir informações sobre condições socioeconômicas, trajetórias escolares, práticas pedagógicas e aspectos de gestão, permitindo uma análise mais ampla dos fatores associados ao desempenho educacional. Dessa forma, conforme a própria lógica dos sistemas de avaliação em larga escala, os resultados não se restringem às proficiências, mas são acompanhados de variáveis contextuais que auxiliam na interpretação dos dados e na compreensão das desigualdades educacionais (SEE/MG, Portal SIMAVE).

Entre 2001 e 2006, o SIMAVE ampliou o escopo de suas avaliações, incorporando as áreas de Ciências da Natureza e Ciências Humanas nas edições de 2001 e 2002, com retorno à centralidade da Língua Portuguesa a partir de 2003. Em 2006, foi implementado o Programa de Avaliação da Alfabetização (PROALFA), voltado à avaliação dos estudantes do 2º e 3º anos do

Ensino Fundamental, com foco específico no processo de alfabetização (SEE/MG, Portal SIMAVE). Essa ampliação das avaliações, embora tenha permitido maior cobertura do sistema educacional, evidenciou, conforme Afonso (2009), que o uso pedagógico dos dados permanecia limitado, com as escolas priorizando o controle do desempenho em detrimento de uma abordagem crítica e formativa das práticas pedagógicas.

Entre 2007 e 2014, o SIMAVE passou a adotar uma estrutura mais estável, com a avaliação continuada das mesmas etapas escolares e componentes curriculares. Em 2007, o PROALFA ampliou sua abrangência para incluir também o 4º ano do Ensino Fundamental, enquanto o PROEB manteve a avaliação dos 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio, nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática. Em 2008, o número de participantes superou a marca de um milhão de estudantes (SEE/MG, Portal SIMAVE).

Contudo, nesse período, o sistema passou a ser alvo de críticas relacionadas à ausência de suporte pedagógico adequado às escolas, especialmente nas redes municipais, onde a interpretação e o uso dos resultados mostravam-se limitados pela insuficiência de formação docente continuada e de tempo institucional para análise crítica dos dados. Conforme destaca Afonso (2009), o uso pedagógico dos resultados frequentemente se restringia a diagnósticos superficiais, sem promover a reflexão aprofundada necessária à transformação das práticas pedagógicas.

Em 2015, o SIMAVE passou por uma reformulação em seu desenho avaliativo, com a inclusão de novos programas e a redefinição das etapas avaliadas. O PROALFA passou a contemplar exclusivamente o 3º ano do Ensino Fundamental, enquanto o PROEB ampliou sua abrangência para incluir o 7º ano do Ensino Fundamental e os 1º e 3º anos do Ensino Médio (SEE/MG, Portal SIMAVE). Ainda assim, essa reformulação indicou que o uso pedagógico dos dados permanecia como um desafio, uma vez que as escolas nem sempre dispunham de estruturas institucionais adequadas para promover a reflexão sistemática sobre os resultados das avaliações (Gatti, 2014).

A partir de 2020, em decorrência da pandemia de COVID-19, o SIMAVE incorporou avaliações diagnósticas e formativas, com a intenção de monitorar a aprendizagem dos estudantes durante a suspensão das aulas presenciais e subsidiar o planejamento pedagógico. Nos anos de 2021 e 2022, essas avaliações foram ampliadas para todas as etapas da rede estadual, abrangendo as áreas de Linguagens, Matemática, Ciências Humanas e Ciências da Natureza, além das avaliações do PROALFA e do PROEB (SEE/MG, Portal SIMAVE, 2021). Todavia, conforme apontam Brooke, Cunha e Faleiros (2011), a ausência de formação continuada limita o uso efetivo desses dados nas práticas pedagógicas cotidianas.

Em 2023, o SIMAVE manteve a aplicação das avaliações diagnósticas e intermediárias ao longo de todo o ano letivo na rede estadual, abrangendo do 2º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio, nas áreas de Linguagens, Matemática, Ciências Humanas e Ciências da Natureza. Ao final do ano letivo, foram aplicadas as avaliações do PROALFA e do PROEB para os estudantes do 2º, 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio, com foco em Língua Portuguesa e Matemática (SEE/MG, Portal SIMAVE, 2023).

A continuidade dessas avaliações reflete o esforço de consolidação de uma política de diagnóstico permanente das aprendizagens. Contudo, conforme ressalta Gatti (2014), a efetividade desse modelo avaliativo depende da capacidade das escolas de se apropriarem dos dados de forma crítica e estratégica, de modo que as avaliações não se limitem à aplicação de testes, mas contribuam efetivamente para o aprimoramento das práticas pedagógicas e da gestão escolar.

1.2 Estrutura, indicadores e resultados do SIMAVE

Os indicadores gerados pelo Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE) permitem compreender aspectos do panorama educacional em Minas Gerais, ao produzirem informações sistematizadas sobre o desempenho dos estudantes em determinados componentes curriculares. Esses resultados expressam níveis de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática (Gatti, 2014) e têm sido utilizados como referência para análises sobre as condições de ensino nas escolas. Conforme indicam Franco e Calderón (2017), a leitura desses dados possibilita a identificação de tendências gerais, como desigualdades de desempenho entre regiões e grupos socioeconômicos distintos, o que pode subsidiar discussões sobre equidade educacional. No entanto, os autores alertam que tais indicadores não esgotam a complexidade dos processos educativos e devem ser interpretados de forma contextualizada.

Os resultados do SIMAVE são divulgados por meio de relatórios e boletins pedagógicos que apresentam informações por turma, escola e rede de ensino. Cada unidade escolar recebe dados comparativos que situam seu desempenho em relação a médias municipais, estaduais ou da própria rede. Segundo documentos oficiais da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, essa estratégia busca ampliar a transparência e apoiar o planejamento pedagógico. Contudo, Gatti (2014) problematiza o uso desses relatórios quando associados a pressões por resultados, advertindo que a divulgação de *rankings* e comparações pode induzir práticas pedagógicas voltadas prioritariamente para o treinamento para testes, sobretudo quando não há suporte formativo adequado para a análise crítica dos dados.

A utilização dos indicadores do SIMAVE no âmbito das políticas públicas e da gestão educacional constitui uma etapa marcada por tensões. Embora os resultados possam oferecer subsídios para a tomada de decisão, sua efetividade depende de processos de mediação pedagógica e de planejamento que considerem as especificidades de cada contexto escolar. Brooke, Cunha e Faleiros (2011) destacam que a simples disponibilização dos dados não garante mudanças nas práticas, uma vez que a apropriação dos resultados requer condições institucionais, formação dos gestores e espaços coletivos de reflexão no interior das escolas.

Além disso, a análise dos indicadores ao longo de diferentes edições do SIMAVE pode contribuir para o acompanhamento das variações no desempenho estudantil e para a compreensão de aspectos relacionados às políticas educacionais implementadas em determinados períodos. Contudo, conforme assinalam Bonamino e Sousa (2018), a leitura dessas séries históricas deve ser realizada com cautela, evitando interpretações lineares que associem diretamente os resultados das avaliações externas à melhoria da qualidade do ensino, desconsiderando fatores estruturais, sociais e pedagógicos que influenciam o desempenho escolar.

A utilização dos dados do SIMAVE no planejamento pedagógico também está relacionada à formação dos professores para a leitura e interpretação dos indicadores. Gatti (2014) aponta que a ausência de formação específica em avaliação educacional compromete o uso formativo dos resultados, fazendo com que estes sejam, muitas vezes, compreendidos de maneira superficial ou burocrática. Nessas condições, os indicadores tendem a ser utilizados apenas como instrumentos de controle ou prestação de contas, em detrimento de seu potencial pedagógico.

Além disso, o SIMAVE pode, em tese, contribuir para a identificação de lacunas na formação docente, ao sinalizar dificuldades recorrentes nos processos de ensino e aprendizagem. Entretanto, a literatura enfatiza que essa possibilidade não se concretiza automaticamente. A articulação entre os resultados das avaliações externas e os processos de formação inicial e continuada depende da existência de políticas formativas estruturadas, apoio institucional e tempo destinado à reflexão coletiva. Na ausência dessas condições, os indicadores do SIMAVE tendem a permanecer restritos ao plano do diagnóstico, sem assegurar transformações significativas nas práticas pedagógicas ou na formação docente (Bonamino; Sousa, 2018).

No entanto, os indicadores produzidos pelo SIMAVE devem ser compreendidos como instrumentos que oferecem possibilidades analíticas, mas cujos efeitos no cotidiano escolar estão condicionados às formas de apropriação, mediação e uso realizadas pelas redes de ensino

e pelas escolas. Tal compreensão reforça a necessidade de investigações empíricas que analisem como esses dados são interpretados e mobilizados pelos diferentes sujeitos escolares, aspecto central desta pesquisa.

Para além da compreensão dos indicadores produzidos pelo sistema, torna-se necessário analisar os resultados por eles evidenciados e suas implicações para a formulação de políticas educacionais e para a organização das práticas pedagógicas no contexto escolar. Nesse sentido, Bonamino e Sousa (2018) destacam que os resultados das avaliações externas passaram a ocupar lugar central na formulação das políticas educacionais em Minas Gerais e na orientação das ações pedagógicas no âmbito das redes de ensino e das escolas. Esses resultados produzem um conjunto amplo de informações sobre o desempenho educacional no estado e são mobilizados como subsídios para a identificação de tendências, desafios e aspectos que demandam maior atenção no sistema educacional mineiro.

Os dados do SIMAVE, especialmente aqueles relacionados às proficiências dos estudantes em Língua Portuguesa e Matemática, permitem delinear um panorama do desempenho escolar ao longo das etapas da educação básica. Conforme assinala Gatti (2014), a análise dos padrões de desempenho entre escolas, redes e grupos de estudantes pode contribuir para o diagnóstico de problemas recorrentes e para a definição de estratégias de intervenção. Contudo, a autora alerta que tais dados, por si só, não garantem a melhoria das práticas pedagógicas, sendo necessário um trabalho interpretativo e contextualizado no interior das escolas.

Um dos aspectos recorrentes na divulgação dos resultados do SIMAVE é a possibilidade de análise dos dados por segmentos populacionais, redes de ensino e unidades escolares. Essa segmentação permite evidenciar desigualdades educacionais associadas a fatores socioeconômicos e territoriais, o que, segundo Bonamino e Sousa (2018), pode subsidiar políticas voltadas à redução das desigualdades. Entretanto, a autora destaca que essa potencialidade não é automática e depende das formas como os resultados são apropriados e utilizados pelos diferentes níveis da gestão educacional.

Nos documentos oficiais, o SIMAVE é apresentado como um instrumento orientado à melhoria da qualidade da educação e ao fortalecimento das políticas públicas educacionais. Araújo e Silva (2011) afirmam que os princípios que fundamentam a avaliação em larga escala em Minas Gerais estão associados à produção de informações capazes de subsidiar a formulação e o acompanhamento das políticas educacionais. Trata-se, contudo, de uma perspectiva institucional que não é consensual na literatura acadêmica, uma vez que diferentes estudos apontam limites e tensões no uso desses resultados no cotidiano escolar.

No plano macro, os resultados do SIMAVE são utilizados como referência para decisões relacionadas à alocação de recursos, à definição de programas de formação docente e ao planejamento curricular. Oliveira (2020) destacam que os dados provenientes das avaliações externas têm sido incorporados aos processos de gestão educacional como instrumentos de monitoramento e regulação dos sistemas de ensino. Ainda assim, os autores alertam que a centralidade conferida a esses resultados pode reforçar uma lógica tecnicista de gestão, dissociada das condições concretas de funcionamento das escolas.

No âmbito da gestão escolar, os resultados do SIMAVE também são mobilizados para o planejamento pedagógico e para o estabelecimento de metas de desempenho. Brooke e Soares (2019) observam que o acesso aos dados pode auxiliar gestores na definição de prioridades e ações pedagógicas. Todavia, os autores ressaltam que, em muitos contextos, esses resultados são apropriados de forma instrumental, voltados ao cumprimento de metas e indicadores, sem promover reflexões mais amplas sobre os processos de ensino e aprendizagem.

Diversos estudos apontam que os resultados das avaliações externas têm sido associados a práticas de ranqueamento, comparação entre escolas e responsabilização dos profissionais da educação. Werle *et al.* (2016) problematiza que o foco excessivo nos resultados pode induzir práticas pedagógicas orientadas pelo "ensinar para o teste", restringindo o currículo e empobrecendo as experiências formativas dos estudantes. Essa lógica tende a deslocar o sentido pedagógico da avaliação, transformando-a em um mecanismo de controle e classificação.

Nesse sentido, Vieira (2014) oferece uma crítica contundente à centralidade assumida pelas avaliações externas no funcionamento dos sistemas educacionais:

> Aquilo que deveria representar mera radiografia de um momento da vida escolar (a avaliação externa), passa a ser vivido como se fosse sua essência. Sistemas e escolas passam a viver sob o signo da avaliação de larga escala sob uma lógica imposta de fora para dentro. De instituição comprometida com a formação para a cidadania, veiculação e transmissão do saber, passa a se configurar como uma pequena linha de montagem onde gestores, professores e estudantes passam a valer pelos bens que produzem sob a forma de resultados. (Vieira, 2014, p. 12 *apud* Dantas, 2015, p. 44).

Outro desafio amplamente discutido na literatura refere-se às desigualdades na capacidade de interpretação e uso dos resultados do SIMAVE entre redes e escolas. Alavarse (2016) destaca que a ausência de formação específica, de tempo institucional e de suporte pedagógico compromete a utilização crítica dos dados, especialmente em contextos municipais, nos quais nem sempre há indução sistemática para o uso pedagógico das avaliações externas.

Essa limitação pode contribuir para a reprodução das desigualdades educacionais, em vez de sua superação.

Dessa forma, embora os resultados do SIMAVE sejam frequentemente apresentados como instrumentos capazes de subsidiar melhorias na qualidade e na equidade da educação, a literatura evidencia que seus efeitos no contexto escolar são condicionados pelas formas de apropriação desses dados. Conforme argumentam Gatti (2014) e Bonamino e Sousa (2018), os resultados das avaliações externas não produzem transformações significativas por si mesmos, sendo necessário que sejam interpretados de maneira crítica, contextualizada e articulada às condições concretas de trabalho das escolas e dos professores.

1.3 O SIMAVE nas redes municipais de ensino: limites, participação e desafios

Embora o Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE) se configure como uma política estadual de avaliação em larga escala, sua incidência ultrapassa a rede estadual de ensino, alcançando também os municípios que aderem à aplicação de seus instrumentos avaliativos. Essa participação, no entanto, não ocorre de maneira homogênea nem sob as mesmas condições institucionais, o que produz efeitos distintos no uso e na apropriação dos resultados pelas redes municipais e estaduais.

No âmbito da rede estadual, o SIMAVE integra uma política educacional mais ampla, articulada a programas de formação continuada, orientações pedagógicas e mecanismos de acompanhamento sistemático promovidos pela Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, em parceria com o CAEd/UFJF. Conforme apontam Brooke, Cunha e Faleiros (2011), a existência de uma estrutura institucional centralizada favorece a indução do uso dos resultados, ainda que não elimine as tensões e os limites associados às avaliações externas. Nesse contexto, a avaliação tende a ser incorporada às rotinas administrativas e pedagógicas, ainda que marcada por contradições relacionadas à responsabilização e ao controle.

Nas redes municipais, por sua vez, a participação no SIMAVE ocorre, em grande medida, por meio de adesão aos instrumentos avaliativos, sem que isso seja necessariamente acompanhado por políticas estruturadas de formação, apoio técnico ou mediação pedagógica sistemática. Alavarse (2016) destaca que, em muitos municípios, os resultados das avaliações externas chegam às escolas de forma fragmentada, sem orientações claras para sua interpretação e uso pedagógico, o que limita seu potencial formativo. Essa ausência de indução institucional contribui para que os dados avaliativos permaneçam restritos ao plano informativo, sem se converterem em ações pedagógicas articuladas.

Bonamino e Sousa (2018) reforçam que os efeitos das avaliações externas dependem menos da aplicação dos testes e mais das condições institucionais que sustentam sua apropriação. No caso das redes municipais, tais condições são frequentemente marcadas por limitações estruturais, como equipes técnicas reduzidas, alta rotatividade de gestores e ausência de políticas permanentes de formação em avaliação educacional. Como consequência, os resultados do SIMAVE tendem a ser utilizados de maneira pontual, muitas vezes associados a exigências administrativas ou a demandas externas, sem integração orgânica ao planejamento pedagógico das escolas.

Assim, essa assimetria entre as redes estadual e municipal evidencia que o SIMAVE, embora concebido como um sistema único de avaliação, produz efeitos diferenciados conforme o contexto institucional em que se insere. Gatti (2014) argumenta que a avaliação externa, quando desarticulada de processos formativos e de suporte pedagógico, corre o risco de reforçar práticas burocráticas e de controle, especialmente em contextos nos quais não há mediação sistemática para a leitura e interpretação dos dados.

Dessa forma, compreender o funcionamento do SIMAVE nas redes municipais implica reconhecer que a simples participação nas avaliações não garante, por si só, a apropriação crítica dos resultados. A ausência de indução institucional consistente contribui para fragilizar o uso pedagógico dos dados e ajuda a explicar os limites observados no cotidiano escolar. Essa compreensão é fundamental para a análise desenvolvida nesta dissertação, uma vez que permite situar os achados empíricos no interior de um quadro mais amplo de desigualdades institucionais entre as redes de ensino. Essas limitações institucionais evidenciam desafios que extrapolam a participação formal das redes municipais, alcançando as formas de apropriação pedagógica dos resultados e as perspectivas de fortalecimento do sistema avaliativo.

O Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (SIMAVE) enfrenta um conjunto de desafios que tensionam sua efetividade enquanto política avaliativa e limitam sua capacidade de induzir melhorias consistentes na qualidade e na equidade educacional em Minas Gerais. Um dos principais desafios refere-se à utilização dos resultados produzidos pelas avaliações. Nesse sentido, Bonamino e Sousa (2018) indicam que a efetividade dos resultados das avaliações externas está condicionada às formas de apropriação e uso pelas redes de ensino e pelas escolas, o que implica reconhecer que tais resultados nem sempre se convertem automaticamente em práticas pedagógicas ou em decisões educacionais sistematicamente orientadas por esses dados. A ausência de articulação entre os resultados das avaliações e ações pedagógicas concretas pode fazer com que a avaliação assuma um caráter predominantemente diagnóstico, sem, contudo, favorecer mudanças mais efetivas no cotidiano escolar.

Outro desafio central se refere ao modo como os resultados do SIMAVE vêm sendo utilizados nas redes de ensino, muitas vezes priorizando indicadores quantitativos em detrimento de análises pedagógicas mais contextualizadas. Brooke, Cunha e Faleiros (2011) alertam que a centralidade conferida aos indicadores numéricos pode reduzir o potencial formativo da avaliação, deslocando o foco do acompanhamento pedagógico para o cumprimento de metas e indicadores. Nessa perspectiva, Hoffmann (2014) defende que a avaliação deve ser compreendida como um processo mediador e formativo, voltado ao acompanhamento da aprendizagem e à reflexão sobre a prática pedagógica, e não apenas como mecanismo de mensuração e controle do desempenho escolar.

A formação continuada dos educadores constitui outro ponto crítico nesse cenário. Gatti (2014) ressalta que a dificuldade de utilização pedagógica dos dados das avaliações externas está diretamente relacionada à ausência de processos formativos que capacitem professores e gestores para interpretar criticamente os resultados. Além disso, a resistência a mudanças nas práticas tradicionais de ensino e avaliação, ainda fortemente ancoradas na memorização e na reprodução de conteúdos, limita a incorporação dos dados avaliativos como elementos efetivos de transformação das práticas pedagógicas.

Do ponto de vista das perspectivas, a literatura indica que o fortalecimento do SIMAVE enquanto política pública depende de sua capacidade de se adaptar às demandas sociais e educacionais contemporâneas, sem reduzir-se a um instrumento técnico de mensuração. Brookhart (2013) concebe a avaliação como um processo contínuo de *feedback,* no qual os dados devem subsidiar a reflexão pedagógica e a tomada de decisões no contexto da sala de aula. No entanto, a efetivação dessa perspectiva depende de condições institucionais que favoreçam o trabalho docente, como tempo pedagógico, formação continuada e suporte técnico. Assim, a possibilidade de o SIMAVE contribuir para a promoção da equidade educacional encontra-se condicionada menos à ampliação ou sofisticação dos instrumentos avaliativos e mais às formas de apropriação dos resultados no interior das escolas e das redes de ensino. Sem a constituição de uma cultura avaliativa crítica e reflexiva, o sistema tende a reproduzir os mesmos limites já identificados na literatura sobre avaliações externas em larga escala.

1.4 Desdobramentos das avaliações externas no contexto escolar e apropriação dos resultados pelas escolas

As avaliações externas, como aquelas promovidas pelo Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE), produzem desdobramentos relevantes no contexto escolar, incidindo sobre o planejamento pedagógico, a gestão escolar e a formação docente. Esses efeitos, no entanto, não se apresentam de forma homogênea, variando de acordo com as condições institucionais, os recursos disponíveis e as formas de apropriação dos resultados pelas escolas e redes de ensino.

Um dos principais desdobramentos observados refere-se à intensificação do uso de dados educacionais nos processos decisórios. Os resultados do SIMAVE oferecem informações detalhadas sobre o desempenho dos estudantes, o que pode subsidiar a identificação de áreas que demandam maior atenção pedagógica. Conforme aponta Gatti (2019), quando contextualizados e interpretados de forma crítica, esses dados podem contribuir para o planejamento de ações pedagógicas mais alinhadas às necessidades dos alunos. Entretanto, a autora ressalta que a simples disponibilidade dos dados não garante sua utilização qualificada no cotidiano escolar.

As avaliações externas também influenciam o planejamento curricular e a organização das práticas pedagógicas. Bonamino e Sousa (2018) destacam que, em muitos contextos, os resultados das avaliações passam a orientar ajustes curriculares, nem sempre acompanhados de reflexão pedagógica mais ampla. Esse movimento pode resultar na priorização de conteúdos avaliados em detrimento de uma formação integral, reforçando uma lógica de adequação ao teste, em vez de uma proposta curricular crítica e contextualizada.

No campo da gestão escolar, os dados das avaliações externas têm sido utilizados como instrumentos de monitoramento do desempenho institucional. Oliveira (2020) observam que essa lógica fortalece práticas de gestão orientadas por resultados, o que pode contribuir para maior racionalização dos processos administrativos. Contudo, os autores alertam que essa perspectiva tende a reforçar mecanismos de controle e responsabilização, especialmente quando não acompanhada de políticas de apoio e de fortalecimento das condições de trabalho das escolas.

Entre os efeitos mais problematizados na literatura, destaca-se a pressão exercida sobre escolas e professores para a elevação dos resultados, o que pode induzir práticas de "ensinar para o teste". Werle *et al.* (2016) assinala que esse tipo de estratégia reduz a complexidade do trabalho pedagógico, limitando o currículo e empobrecendo as experiências

formativas dos estudantes. Nesses casos, a avaliação externa deixa de cumprir uma função diagnóstica e passa a orientar o cotidiano escolar de maneira prescritiva.

A formação continuada dos professores emerge, nesse contexto, como um desdobramento necessário, mas ainda insuficientemente estruturado. Brooke e Soares (2019) apontam que a apropriação pedagógica dos dados exige competências específicas, que nem sempre são contempladas nos programas de formação oferecidos pelas redes. A ausência de investimento sistemático nessa dimensão contribui para que os resultados das avaliações sejam utilizados de forma superficial ou meramente burocrática.

Por fim, embora as avaliações externas possam estimular maior envolvimento das famílias e orientar a formulação de políticas públicas, como destaca Alavarse (2016), tais desdobramentos dependem de estratégias de comunicação e de mediação que considerem as especificidades dos contextos escolares. Quando isso não ocorre, os resultados tendem a reforçar desigualdades já existentes, em vez de promover processos efetivos de melhoria educacional.

Dessa forma, os desdobramentos das avaliações externas no contexto escolar revelam-se complexos e contraditórios. Ainda que ofereçam informações relevantes, seu potencial transformador está condicionado às formas de uso e às condições institucionais que sustentam a prática avaliativa. Nessa perspectiva, Freitas (2012) argumenta que, sem uma utilização crítica e contextualizada, as avaliações externas tendem a reforçar lógicas de controle e ranqueamento, afastando-se de uma perspectiva formativa e emancipatória da educação.

Entre esses desdobramentos, destaca-se a forma como os resultados produzidos pelas avaliações externas são interpretados e mobilizados pelas escolas, uma vez que os efeitos pedagógicos desses instrumentos dependem, em grande medida, dos processos de apropriação construídos pelos sujeitos no contexto institucional. A apropriação dos resultados das avaliações externas pelas escolas constitui um tema central na literatura educacional, na medida em que condiciona os possíveis efeitos desses dados sobre as práticas pedagógicas e a gestão escolar. Embora avaliações em larga escala, como o SIMAVE, produzam informações sistematizadas sobre o desempenho dos estudantes, a utilização desses resultados no cotidiano escolar depende fundamentalmente das formas de leitura, interpretação e apropriação realizadas pelos diferentes atores educacionais. (Borges, 2019).

Assim, um dos principais desafios apontados pela literatura refere-se à capacidade das escolas de interpretar os dados das avaliações de maneira crítica e contextualizada. Gatti (2019) observa que, embora os resultados sejam apresentados de forma objetiva, sua tradução em ações pedagógicas exige competências analíticas e formativas que nem sempre estão consolidadas

nas instituições escolares. Nesse sentido, a autora destaca que a ausência de formação específica pode limitar o uso pedagógico dos dados, restringindo sua apropriação a análises superficiais ou meramente descritivas.

Bonamino e Sousa (2018) ressaltam que, para que as avaliações externas contribuam efetivamente para o trabalho escolar, é necessário que os sujeitos responsáveis pela mediação dos resultados, em especial diretores e coordenadores pedagógicos, compreendam a abrangência e os limites dos dados produzidos. Essa mediação demanda não apenas domínio técnico, mas também condições institucionais que favoreçam a reflexão coletiva e a articulação entre avaliação, planejamento e prática pedagógica.

Diante disso, Oliveira (2020) indicam que gestores escolares exercem influência decisiva na construção de uma cultura institucional que valorize a análise dos dados como instrumento de reflexão, e não apenas como mecanismo de controle. No entanto, os autores alertam que essa apropriação tende a ocorrer de forma desigual entre escolas e redes, em função das diferentes condições organizacionais, formativas e estruturais existentes.

Por outro lado, diversos estudos problematizam o uso dos resultados das avaliações externas quando estes passam a assumir um caráter predominantemente punitivo ou comparativo. Werle *et al.* (2016) adverte que a centralidade conferida a rankings e indicadores de desempenho pode reforçar uma lógica de responsabilização excessiva, deslocando o foco das avaliações de sua dimensão formativa para uma lógica de competição entre escolas. Esse tipo de apropriação tende a fragilizar práticas colaborativas e a limitar o potencial pedagógico dos dados produzidos.

Outro aspecto relevante se refere à necessidade de que as intervenções pedagógicas decorrentes dos resultados das avaliações considerem as especificidades de cada contexto escolar. Brooke e Soares (2019) destacam que a eficácia do uso dos dados está diretamente relacionada à capacidade das escolas de adaptar as orientações gerais às suas realidades locais, reconhecendo fatores como o perfil socioeconômico dos estudantes, as condições de trabalho docente e os recursos disponíveis.

Além disso, a comunicação dos resultados constitui um elemento decisivo no processo de apropriação. Alavarse (2016) enfatiza que a forma como os dados são apresentados e discutidos com professores, estudantes e famílias interfere significativamente na possibilidade de engajamento coletivo em torno das ações propostas. A ausência de espaços de diálogo e de interpretação compartilhada tende a esvaziar o potencial formativo das avaliações externas.

Assim, a apropriação dos resultados das avaliações pelas escolas configura-se como um processo complexo, atravessado por limites institucionais, formativos e organizacionais.

Longe de se constituir como um efeito automático da aplicação das avaliações, esse processo exige mediações consistentes para que os dados produzidos possam subsidiar reflexões pedagógicas e ações contextualizadas. Compreender essas formas de apropriação é fundamental para a análise desenvolvida nesta dissertação, especialmente no que se refere ao uso dos resultados do SIMAVE em contextos municipais (Bonamino; Sousa, 2018).

SEÇÃO II – CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Esta seção tem como objetivo apresentar o percurso metodológico adotado na realização da pesquisa, detalhando as escolhas teóricas e práticas que orientaram a construção do estudo. A explicitação dos procedimentos metodológicos é fundamental para garantir a transparência, a confiabilidade e a coerência da investigação científica. Compreender os caminhos trilhados permite ao leitor acompanhar criticamente o processo de produção do conhecimento e avaliar a pertinência das escolhas realizadas frente aos objetivos propostos.

A seção está organizada em três subseções, distribuídas em diferentes níveis de aprofundamento. A primeira aborda o delineamento metodológico da pesquisa. Em seguida, são apresentadas as etapas de coleta de dados, com destaque para as entrevistas e a análise documental, incluindo a concepção da entrevista como espaço de escuta e produção de sentidos. Por fim, são expostas a técnica de análise de conteúdo e as considerações éticas que nortearam a realização da investigação.

2.1 Delineamento metodológico, contexto e participantes da pesquisa

Esta pesquisa foi de abordagem qualitativa e de caráter exploratório, características que permitem compreender fenômenos complexos em contextos específicos, priorizando a interpretação dos significados atribuídos pelos sujeitos aos seus contextos e práticas (Minayo, 2016). Conforme Marconi e Lakatos (2003, p. 186), a pesquisa de campo tem como objetivo "obter informações e/ou conhecimentos sobre um problema, para o qual se procura uma resposta, ou ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles". O foco deste estudo é analisar os desdobramentos do Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE) no cotidiano de duas escolas municipais do sul de Minas Gerais, a partir da investigação documental e do levantamento teórico, complementados posteriormente por entrevistas com os profissionais da educação.

A metodologia organizou-se em três momentos principais, articulando levantamento bibliográfico, análise documental e investigação empírica. O primeiro momento contemplou um levantamento bibliográfico nas bases de dados da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Portal Educ@ da Fundação Carlos Chagas (FCC) e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). A fim de realizar a busca, utilizaram-se os seguintes descritores: "SIMAVE", "avaliação externa", "resultados educacionais", "práticas pedagógicas" e "gestão escolar", considerando o recorte temporal de 2019 a 2024. A análise das produções científicas teve como finalidade mapear pesquisas nacionais que abordam o uso dos resultados de

avaliações externas pelos diferentes agentes escolares, permitindo identificar lacunas, tendências e contribuições.

Diante disso, o levantamento bibliográfico permite "o contato com o estado atual do conhecimento sobre determinado assunto, bem como identificar as principais teorias, conceitos e discussões desenvolvidas sobre o tema" (Gil, 2019, p. 45). Desse modo, esta etapa serviu de base teórica para as análises posteriores, dialogando com autores como Bonamino e Sousa (2018), Werle *et al.* (2016) e Brooke e Soares (2019), que se constituem como referencial teórico desta pesquisa.

O segundo momento foi a análise documental de registros institucionais das duas escolas municipais participantes, bem como documentos disponíveis na Secretaria Municipal de Educação, que tratam do uso e da interpretação dos resultados do SIMAVE. Entre os documentos analisados estiveram os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP), regimentos escolares, atas de reuniões, circulares, memorandos e relatórios técnicos produzidos pela Secretaria.

Segundo Cellard (2008), a análise documental é essencial para compreender o contexto e os processos de tomada de decisão, já que "os documentos são vestígios de atividades humanas e podem revelar tanto a intencionalidade quanto os modos de organização de uma instituição" (Cellard, 2008, p. 297). A sistematização dos dados foi feita por meio da análise de conteúdo, conforme Bardin (2016), permitindo a construção de categorias temáticas que facilitem a interpretação e a correlação com o referencial teórico.

O terceiro momento, que ocorreu após a qualificação, consistiu na realização de entrevistas semiestruturadas com oito professoras do 2º ao 5º ano do Ensino Fundamental, as diretoras das duas escolas municipais e um supervisor pedagógico. As entrevistas foram utilizadas para ampliar a compreensão sobre as práticas, percepções e dificuldades encontradas na apropriação dos resultados do SIMAVE. Tendo em vista que as entrevistas semiestruturadas são instrumentos que "possibilitam ao entrevistado a liberdade de expor suas opiniões, permitindo ao pesquisador captar elementos da realidade que dificilmente seriam obtidos por outras técnicas" (Triviños, 1987, p. 146).

A articulação entre os três momentos metodológicos (levantamento bibliográfico, análise documental e entrevistas) permitiu uma análise crítica e contextualizada sobre como os dados do SIMAVE são utilizados nas duas escolas municipais e pela Secretaria de Educação. Essa integração também possibilitará discutir de que forma esses resultados influenciam o planejamento pedagógico e a gestão escolar, atendendo aos objetivos propostos pela pesquisa.

A escolha de uma abordagem qualitativa para a presente pesquisa decorre da necessidade de se aprofundar na compreensão dos desdobramentos do Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE) no contexto escolar. Esta abordagem é particularmente significativa em estudos que visam explorar processos e fenômenos sociais complexos, oferecendo uma interpretação rica e detalhada das experiências e percepções dos envolvidos. Ao abordar a interseção de avaliações educacionais e práticas pedagógicas, a investigação permite captar as sutilezas que números e estatísticas, por si só, não conseguem revelar.

A natureza desta pesquisa fundamentou-se na compreensão de que a realidade educacional é socialmente construída e influenciada por diferentes fatores contextuais, os quais demandaram uma análise voltada à compreensão dos significados, práticas e relações presentes no cotidiano escolar. Segundo Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, valores, crenças e relações humanas, possibilitando compreender fenômenos que não podem ser reduzidos à quantificação. O que possibilitou maior aproximação com os contextos escolares e com os sujeitos da pesquisa, favorecendo a compreensão das dinâmicas presentes no cotidiano das instituições investigadas.

O foco desta pesquisa é explorar a percepção de professores, diretores e supervisores pedagógicos acerca dos desdobramentos das avaliações externas, bem como de outros aspectos que influenciam a apropriação dos resultados do SIMAVE. Esses temas são melhores compreendidos através de métodos qualitativos, como entrevistas, que oferecem a possibilidade de captar as vivências e reflexões dos sujeitos de pesquisa de maneira contextualizada. Bardin (2016) reforça que a análise qualitativa, através de técnicas como a análise de conteúdo, é eficaz para interpretar as narrativas complexas encontradas em ambientes educacionais.

Diante disso, a seleção do estudo de caso como um método central permitiu analisar especificamente duas escolas municipais do sul de Minas Gerais. Esta metodologia é particularmente adequada para investigar em profundidade um fenômeno em seu contexto real, como sugerido por Yin (2015). Ela proporciona uma compreensão contextualizada, possibilitando percepções minuciosas sobre as reais experiências e interpretações dos envolvidos em relação às avaliações do SIMAVE.

A escolha dos participantes do estudo envolveu a identificação de sujeitos estratégicos dentro das escolas: oito professoras dos 2º aos 5º anos, duas diretoras e um supervisor pedagógico. Este escopo visa garantir uma amplitude de perspectivas que abrange desde a sala de aula até a gestão escolar. As diferentes visões são cruciais para entender como a cultura

organizacional da escola influencia a implementação e apropriação dos dados de avaliação, e vice-versa.

A coleta de dados qualitativos nesta pesquisa apoia-se principalmente em entrevistas semiestruturadas, método que permite uma exploração flexível dos temas principais, ao mesmo tempo em que dá espaço para que emergem percepções inesperadas e significativas advindas do discurso dos participantes. Como salientado por Brinkmann e Kvale (2015), este tipo de entrevista é ideal para investigações educacionais, pois equilibra a necessidade de foco com a geração de novas descobertas baseadas nas experiências dos sujeitos.

Além disso, a análise documental complementou as entrevistas, oferecendo uma base adicional para a compreensão do contexto das escolas investigadas. Documentos como Projetos Político-Pedagógicos (PPP), regimentos escolares, atas de reuniões e demais registros institucionais foram analisados com o objetivo de compreender de que maneira os dados do SIMAVE eram formalmente incorporados, discutidos e mobilizados no contexto escolar. Esse procedimento contribuiu para ampliar a compreensão acerca das formas de apropriação dos resultados das avaliações externas, fortalecendo as interpretações produzidas a partir das entrevistas e favorecendo uma análise mais abrangente dos desdobramentos do SIMAVE nas escolas investigadas (Cellard, 2008). Além disso, a análise documental complementará as entrevistas, oferecendo uma base adicional para a compreensão do contexto das escolas estudadas. Documentos como Projetos Políticos Pedagógicos (PPP), regimentos escolares e atas de reuniões foram analisados para entender como os dados do SIMAVE são formalmente integrados e discutidos dentro da estrutura escolar, sendo fundamental para compor um quadro abrangente da aplicação prática dos resultados das avaliações, fortalecendo as interpretações derivadas das entrevistas.

Logo, ao proporcionar voz aos diferentes atores escolares, a pesquisa enriquece o debate sobre como a educação pública pode se beneficiar de maneira mais plena e inclusiva do uso dos dados derivados das avaliações como o SIMAVE, contribuindo assim para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais eficazes e equitativas.

Definido o delineamento metodológico da investigação, tornou-se necessário situar o contexto empírico em que a pesquisa foi desenvolvida, considerando sua delimitação temporal e espacial, uma vez que tais elementos permitiram compreender as condições concretas de produção dos dados e as especificidades do campo investigado.

Assim, na concepção desta pesquisa, a delimitação temporal e espacial assume papel central, pois estabelece os recortes que possibilitam a análise dos desdobramentos do Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE) nas escolas municipais

investigadas. Essa delimitação foi definida a fim de compreender aspectos e dinâmicas relacionados à apropriação dos resultados das avaliações externas em contextos escolares específicos.

Como já foi mencionado, no decorrer desse trabalho, a delimitação temporal deste estudo, compreendendo o período de 2019 a 2024, está diretamente relacionada ao percurso investigativo da autora iniciado durante a graduação em Pedagogia, no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). Ao longo desse período, foram desenvolvidas pesquisas voltadas ao uso dos resultados do SIMAVE em diferentes instâncias da rede pública, o que culminou na elaboração de um trabalho de conclusão de curso e na publicação de um artigo científico. Dessa forma, a escolha desse intervalo não se justifica apenas pela atualidade dos dados, mas também pela consolidação de uma trajetória de investigação que permite compreender de forma aprofundada como as escolas têm se apropriado dos resultados das avaliações externas nos últimos anos, especialmente em contextos escolares específicos. Esse recorte temporal permite, portanto, observar a evolução recente da apropriação pedagógica dos dados do SIMAVE e analisar com maior profundidade seus desdobramentos concretos no cotidiano escolar, em um momento de consolidação e reconfiguração das práticas avaliativas no estado de Minas Gerais.

No que concerne à delimitação espacial, o foco recai sobre duas escolas municipais situadas na região sul de Minas Gerais. Esta região foi selecionada devido às suas características educacionais únicas, que incluem uma mistura de escolas em áreas urbanas e semiurbanas, com características socioeconômicas diversas. A seleção das escolas foi orientada por critérios que incluem a diversidade demográfica e o histórico de desempenho no SIMAVE. Essa escolha estrategicamente ponderada visa garantir que a pesquisa possa captar um espectro amplo de experiências que, embora específicas, ofereçam contribuições relevantes para outras localidades com contextos educacionais semelhantes. Segundo Yin (2015), a análise do fenômeno investigado demandou atenção às especificidades contextuais, uma vez que a compreensão das dinâmicas locais foi indispensável à interpretação dos dados produzidos.

Assim, ao focar em um contexto espacial delimitado, a pesquisa é capaz de oferecer um retrato detalhado das práticas educacionais nas escolas estudadas, bem como das suas respostas às avaliações do SIMAVE. Como resultado, esta delimitação espacial permite uma análise que não só é aprofundada, mas também representativa de uma ampla gama de realidades enfrentadas por escolas de zonas regionais do Brasil. Segundo Yin (2015), um estudo de caso bem delimitado espacialmente maximiza a relevância dos achados ao potencializar a análise de

profundidade em contextos específicos, o que é crucial para entender os detalhes intrincados dos fenômenos educacionais.

Além das características específicas das duas escolas, a delimitação espacial também considera as condições geográficas e econômicas que caracterizam a região sul de Minas Gerais. Esse recorte regional acrescenta elementos importantes para a compreensão de como fatores relacionados à infraestrutura educacional e ao apoio da administração municipal se articulam ao processo de apropriação e utilização dos resultados do SIMAVE. De acordo com Alavarse (2016), aspectos territoriais e socioeconômicos constituem elementos relevantes na análise das políticas educacionais e de seus desdobramentos nos diferentes contextos escolares.

Dessa maneira, a pesquisa, ao adotar uma delimitação temporal e espacial bem definida, buscou contribuir para a compreensão de como as avaliações externas são incorporadas às práticas educacionais cotidianas. A análise decorrente desse recorte possibilitou ampliar o entendimento acerca dos desdobramentos de sistemas de avaliação, como o SIMAVE, no contexto das escolas públicas, bem como de suas relações com o planejamento pedagógico e com as ações desenvolvidas no âmbito das políticas educacionais. Já definição do recorte metodológico e a caracterização do contexto empírico investigado demandaram, ainda, a explicitação dos sujeitos participantes da pesquisa, cuja seleção esteve diretamente relacionada aos objetivos do estudo e à necessidade de contemplar diferentes perspectivas sobre os desdobramentos do Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE) no cotidiano escolar. Assim, participaram da pesquisa professoras dos anos iniciais do Ensino Fundamental, diretoras escolares e um supervisor pedagógico, sujeitos considerados fundamentais para compreender como os resultados das avaliações externas são interpretados, mobilizados e incorporados às práticas pedagógicas e aos processos de gestão escolar (Minayo, 2016).

A pesquisa envolve professoras dos 2º ao 5º anos, diretoras e um supervisor pedagógico das duas escolas municipais selecionadas. A escolha dos professores destes níveis de ensino é estratégica, dado que essas séries representam etapas críticas no desenvolvimento educacional básico, onde habilidades fundamentais são consolidadas. De acordo com Gatti (2014), professores do ensino fundamental desempenham papéis essenciais na aplicação dos dados das avaliações externas, pois estão diretamente envolvidos na adaptação do ensino às necessidades dos alunos identificadas através dos resultados.

As professoras dos 2º e 5º anos são fundamentais tanto por sua posição no ciclo de ensino quanto por sua participação ativa nas reestruturações pedagógicas que surgem após a

divulgação dos resultados do SIMAVE. Elas são responsáveis por traduzir as compreensões obtidas a partir da análise dos dados em práticas pedagógicas que visem a melhorar o aprendizado dos alunos. Conforme destacado por Bonamino e Sousa (2018), o engajamento dos professores e sua capacidade de empreender mudanças significativas no ensino baseando-se em dados são condições essenciais para que o ciclo de avaliação seja efetivo.

As diretoras das escolas representam a liderança institucional e têm uma responsabilidade primordial na gestão e implementação das ações informadas pelos resultados das avaliações externas. Sob sua direção, as estratégias mais amplas e integradas são formuladas, incorporando os achados do SIMAVE no planejamento escolar anual e na definição de metas estratégicas. Segundo Brooke e Soares (2019), a liderança eficaz de diretoras escolares é crucial para criar um ambiente de responsabilidade compartilhada e fomentar uma cultura de melhoria contínua baseada em dados.

O supervisor pedagógico, por sua vez, oferece um suporte técnico e metodológico vital para a tradução dos resultados do SIMAVE em ações concretas. Seu papel é apoiar os professores na adoção de práticas pedagógicas informadas por dados, facilitando a formação contínua e o desenvolvimento profissional que são necessários para interpretar e aplicar os resultados eficazmente. Werle *et al.* (2016) aponta que a supervisão pedagógica efetiva pode aumentar substancialmente a capacidade das escolas de implementar mudanças pedagógicas que respondam às evidências fornecidas pelas avaliações externas.

Além da interação direta de cada grupo com os dados, o estudo também analisa como a articulação entre professores, diretoras e supervisor pedagógico contribui para os processos de apropriação dos resultados do SIMAVE no contexto escolar. A dinâmica estabelecida entre esses sujeitos constitui um elemento importante para compreender como as decisões pedagógicas são construídas e como a política de avaliação é incorporada às demandas e especificidades locais. Oliveira (2020) enfatiza a importância do trabalho colaborativo na utilização dos dados das avaliações externas no contexto escolar.

Para a coleta efetiva de dados e para garantir que todas as vozes relevantes sejam ouvidas, a pesquisa emprega entrevistas semiestruturadas que proporcionam compreensões aprofundadas sobre as percepções dos sujeitos e suas experiências práticas. Este método flexível de coleta de dados é especialmente adequado para capturar a variedade de perspectivas individuais e para explorar nuances e complexidades envolvidas na aplicação dos resultados do SIMAVE.

Em síntese, a seleção dos participantes na pesquisa foi cuidadosamente articulada para explorar as dimensões multifacetadas da implementação e dos desdobramentos das avaliações

externas no cotidiano escolar. Ao engajar diferentes agentes escolares, a pesquisa buscou construir uma compreensão robusta e equilibrada sobre como avaliações como o SIMAVE são integradas às práticas educacionais e, mais amplamente, como podem contribuir para o aprimoramento do sistema educacional.

2.2 Etapas de Coleta de dados: Entrevistas e Análise Documental Pesquisa

A coleta de dados através de entrevistas foi projetado para explorar em profundidade as percepções e experiências dos sujeitos envolvidos diretamente com o Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE). As entrevistas semiestruturadas foram escolhidas como método principal de coleta de dados, fornecendo um meio flexível e detalhado para capturar a complexidade dos desdobramentos das avaliações externas nos contextos educacionais estudados.

As entrevistas semiestruturadas permitem que os pesquisadores mantenham um equilíbrio entre a estrutura e a flexibilidade. Este método garante que questões-chave sejam abordadas enquanto se abre espaço para que compreensões não previstas, porém significativas, também sejam exploradas (Brinkmann; Kvale, 2015). Esta técnica é particularmente eficaz em contextos educacionais, onde as narrativas pessoais e o contexto local desempenham papéis significativos na formação das percepções dos participantes em relação aos dados das avaliações.

Nesta pesquisa, as entrevistas foram realizadas com professoras dos 2º ao 5º ano, diretoras e um supervisor pedagógico nas duas escolas municipais do sul de Minas Gerais. Esses grupos foram selecionados para garantir que a pesquisa inclua uma diversidade de perspectivas que reflitam diferentes níveis hierárquicos e funcionais dentro do ambiente escolar. De acordo com Yin (2015), este tipo de seleção de amostra assegura que os dados coletados ofereçam uma visão abrangente e representativa das operações escolares.

Durante as entrevistas, as perguntas foram estruturadas para explorar uma série de temáticas, incluindo: como os resultados do SIMAVE são recebidos e entendidos, de que maneira esses dados influenciam o planejamento pedagógico e a gestão escolar, além dos desafios enfrentados pelos educadores na implementação das mudanças sugeridas. Bardin (2016) destaca que a elaboração de perguntas bem estruturadas e abertas pode facilitar o diálogo rico e produtivo, permitindo que os participantes expressem suas experiências e sentimentos em relação aos temas discutidos.

As entrevistas também buscaram compreender o nível de preparação e suporte oferecido aos educadores e gestores escolares para a utilização dos resultados do SIMAVE no contexto pedagógico e administrativo. Conforme destacam Brooke e Soares (2019), a apropriação dos dados das avaliações externas está relacionada às condições formativas e institucionais disponibilizadas aos profissionais da educação.

A reprodução fiel e a interpretação dos dados das entrevistas requerem um processo meticuloso de transcrição e análise. Após a coleta, as entrevistas foram transcritas *verbatim*, permitindo uma análise de conteúdo que buscou identificar temas recorrentes, variações de interpretação e áreas de consenso ou divergência entre os participantes. A análise de conteúdo, como detalhada por Bardin (2016), permite que os pesquisadores extraiam significados substantivos dos discursos dos sujeitos, proporcionando compreensões claras e aplicáveis sobre as práticas escolares em resposta aos resultados do SIMAVE.

É importante ressaltar que todas as entrevistas foram conduzidas com respeito aos princípios éticos da pesquisa, incluindo consentimento informado e anonimato dos participantes. Esta consideração é imprescindível para manter a integridade da pesquisa e proteger os direitos e o bem-estar dos sujeitos do estudo.

Em resumo, as entrevistas semiestruturadas constituem um elemento central da metodologia desta pesquisa, proporcionando dados qualitativos que elucidam as formas variadas e complexas pelas quais os atores escolares se envolvem com os resultados das avaliações externas. Ao captar as vozes e experiências dos educadores e gestores escolares, oferece uma compreensão mais profunda e completa de como a avaliação pode influenciar práticas e decisões dentro do sistema educacional. As compreensões geradas a partir desse método são fundamentais para informar o desenvolvimento de políticas e práticas que aprimorem a eficácia das avaliações externas em contextos educacionais diversos.

A análise documental constitui um procedimento complementar e fundamental para a coleta de dados nesta pesquisa, focalizando os desdobramentos do Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE) nas práticas e nos documentos escolares. Esse procedimento possibilita uma compreensão mais abrangente e contextualizada das dinâmicas institucionais, articulando-se às percepções identificadas nas entrevistas. Os documentos escolares expressam e registram práticas pedagógicas e administrativas, fornecendo elementos relevantes para a análise das estratégias e decisões construídas a partir dos resultados das avaliações externas.

Os tipos de documentos analisados neste estudo incluem Projetos Políticos Pedagógicos (PPP), regimentos escolares, atas de reuniões pedagógicas, circulares internas e

memorandos administrativos. Esses documentos refletem diretamente como as escolas estruturam e planejam suas ações pedagógicas e organizacionais em resposta aos dados do SIMAVE. Segundo Bowen (2009), a análise documental é valiosa porque esses registros contêm informações que ilustram a comunicação interna e a tomada de decisão, além de oferecerem evidências de como as normas e expectativas institucionais estão formalmente estabelecidas.

A análise dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) buscou compreender de que maneira os resultados do SIMAVE aparecem articulados às metas educacionais, às estratégias pedagógicas e às ações desenvolvidas pelas escolas participantes. Os PPP constituem documentos orientadores da organização pedagógica escolar, expressando princípios, objetivos e encaminhamentos relacionados ao processo educativo. Nessa perspectiva, a análise documental possibilitou identificar concepções, prioridades institucionais e formas de organização das práticas escolares. Assim, a análise dos PPP contribuiu para compreender como os dados das avaliações externas foram incorporados ao contexto escolar e aos processos de planejamento pedagógico.

As atas das reuniões pedagógicas fornecem contribuições sobre como os resultados do SIMAVE são discutidos entre os educadores e como as decisões subsequentes são comunicadas e justificadas entre a equipe escolar. Esse tipo de documento é uma fonte rica para compreender o processo deliberativo e as interações colaborativas entre os professores e gestores no contexto de decisões orientadas por dados. A análise desses documentos ajuda a detectar práticas de colaboração ou resistência em relação à implementação de mudanças sugeridas pelas avaliações (Yin, 2015).

Regimentos escolares também foram analisados para identificar possíveis ajustes nas políticas escolares que tenham sido motivados pelos dados do SIMAVE. Estes documentos destacam as regras e procedimentos que governam a operação diária das escolas e podem refletir mudanças na estrutura organizacional, funções dos educadores ou mesmo nas diretrizes de avaliação interna. Segundo Bowen (2009), a análise documental de regimentos escolares pode destacar a influência das avaliações externas nas normas institucionais.

As circulares e memorandos fornecem uma visão direta das orientações administrativas e pedagógicas comunicadas aos membros da escola. São documentos importantes para captar mudanças pontuais e diretrizes estratégicas que visam o alinhamento com os resultados do SIMAVE. A análise desses documentos frequentemente ilumina como novas políticas são operacionalizadas no dia a dia escolar.

A análise documental nesta pesquisa é conduzida usando métodos sistemáticos de categorização e codificação, conforme descrito por Bardin (2016), para assegurar que todos os padrões relevantes e discrepâncias sejam meticulosamente capturados. Isso permite que a pesquisa trace um mapa compreensivo de como as estratégias institucionais evoluem ao longo do tempo em resposta às informações derivadas das avaliações externas.

É importante observar que todos os documentos foram analisados respeitando princípios éticos, assegurando que a confidencialidade e integridade das informações fossem mantidas em todos os momentos. A análise documental, ao fornecer um complemento às entrevistas semiestruturadas, facilita a triangulação de dados e ajuda a compor uma imagem rica e detalhada das práticas escolares e das respostas institucionais às avaliações externas.

Portanto, a integração da análise documental na metodologia desta pesquisa possibilita uma compreensão mais ampla dos processos e decisões dentro das escolas, revelando como a prática e política educacional tangem substancialmente nos resultados da avaliação. Essa abordagem não só complementa a análise das entrevistas, mas também reforça a capacidade da pesquisa de oferecer recomendações para a melhoria das práticas escolares em resposta às avaliações como o SIMAVE.

As entrevistas semiestruturadas adotadas nesta pesquisa foram concebidas como um procedimento metodológico central para a produção dos dados empíricos, uma vez que, no interior desses procedimentos, assumem papel de destaque na compreensão dos fenômenos investigados. Nesse sentido, parte-se do pressuposto de que a entrevista não se limita à obtenção de dados descritivos, mas possibilita acessar percepções, interpretações e significados construídos pelos sujeitos em seus contextos de atuação. Conforme Minayo (2016), esse instrumento permite alcançar o universo de significados, valores e atitudes que não se expressam facilmente por meio de outras técnicas, favorecendo uma compreensão mais aprofundada da realidade investigada.

Conforme Triviños (1987), a entrevista permite compreender a realidade a partir do ponto de vista dos participantes, reconhecendo a fala como uma produção socialmente situada. Nessa perspectiva, o discurso dos sujeitos é entendido como atravessado por condições históricas, institucionais e organizacionais, o que exige uma análise que considere o contexto de produção das falas.

Considerou-se, ainda, que a extensão ou concisão dos depoimentos não constitui critério de relevância analítica, uma vez que discursos breves podem expressar sentidos significativos quando interpretados à luz das condições objetivas do trabalho docente, frequentemente marcadas por sobrecarga e múltiplas demandas. Dessa maneira, o tratamento das entrevistas fundamentou-se na análise de conteúdo, conforme Bardin (2016), adotada como

técnica para a organização e interpretação dos dados, permitindo a construção de categorias analíticas coerentes com com a proposta investigativa deste estudo. Essa concepção metodológica orienta a análise apresentada na Seção IV, na qual as falas são interpretadas como expressão dos sentidos atribuídos ao Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE) no cotidiano escolar.

2.3 Técnica de Análise de Conteúdo e Considerações Éticas

A técnica de análise de conteúdo constituiu um componente essencial desta pesquisa, possibilitando uma interpretação profunda e significativa dos dados qualitativos obtidos por meio de entrevistas e da análise documental. Este método se mostrou particularmente adequado para estruturar e interpretar as percepções complexas dos sujeitos da pesquisa, bem como para averiguar os registros textuais formais que evidenciam a integração dos resultados do Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE) nas práticas escolares. Conforme destaca Bardin (2016), a análise de conteúdo auxilia na transformação dos dados qualitativos em informações sistematizadas e comparáveis.

A análise de conteúdo foi aplicada aos documentos coletados, tais como Projetos Político-Pedagógicos, atas de reuniões e memorandos institucionais, cujos conteúdos foram analisados à luz dos objetivos da pesquisa. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com professoras, diretoras e supervisor pedagógico das escolas participantes. Após a realização das entrevistas, procedeu-se à transcrição integral desses materiais, etapa imprescindível para o prosseguimento da análise. Segundo Brinkmann e Kvale (2015), a transcrição detalhada é fundamental para captar nuances de linguagem e expressões dos participantes, permitindo uma análise rigorosa e fidedigna das falas.

Após a conclusão da transcrição, foi iniciado o processo de codificação dos dados, que consistiu na identificação de categorias e padrões emergentes. Essa etapa permitiu o agrupamento de informações similares e a revelação de temas centrais relacionados à apropriação e ao uso dos resultados do SIMAVE no contexto das escolas estudadas. A codificação teve papel decisivo na organização dos dados em unidades de análise sistemática (Bardin, 2016). Já no procedimento de categorização, foram consideradas tanto categorias dedutivas, fundamentadas na literatura sobre avaliação externa e gestão escolar, quanto categorias indutivas, derivadas diretamente dos dados empíricos, a fim de garantir maior sensibilidade ao material analisado, respeitando sua especificidade, sem abrir mão do rigor metodológico.

A triangulação foi utilizada como estratégia para fortalecer a análise dos dados, articulando informações provenientes de diferentes procedimentos metodológicos, neste caso, a análise documental e as entrevistas semiestruturadas. Segundo Minayo (2001), a triangulação possibilita ampliar a compreensão do fenômeno investigado por meio do diálogo entre diferentes fontes e perspectivas analíticas. Nesse sentido, essa estratégia contribuiu para uma compreensão mais aprofundada dos desdobramentos do SIMAVE nas práticas escolares.

A análise de conteúdo também foi essencial para identificar possíveis contradições ou divergências entre os discursos dos participantes, o que revelou obstáculos relevantes à apropriação e ao uso efetivo dos resultados das avaliações externas. Werle et al. (2016) observam que o reconhecimento de pontos de vista distintos oferece subsídios importantes para pensar estratégias de formação e apoio à equipe escolar. Assim, todo o processo de análise foi conduzido com rigor ético, garantindo o anonimato dos participantes e a utilização dos dados de forma agregada, com o intuito de proteger sua privacidade. As etapas do trabalho foram conduzidas conforme os princípios de integridade científica e compromisso com a veracidade dos achados.

Em síntese, a técnica de análise de conteúdo, aplicada aos documentos e posteriormente aos dados das entrevistas, revelou-se uma ferramenta metodológica relevante para compreender os desdobramentos das avaliações externas na realidade escolar. Sua utilização contribuiu para o alcance dos objetivos da pesquisa, fornecendo subsídios para a compreensão do uso dos dados do SIMAVE nas escolas públicas investigadas. Desse modo, associados aos procedimentos analíticos, os aspectos éticos constituíram dimensão fundamental desta investigação, orientando a condução de todas as etapas da pesquisa e assegurando o respeito aos sujeitos participantes e à integridade do processo investigativo.

As considerações éticas constituíram um aspecto fundamental na condução da pesquisa que envolveu sujeitos humanos, como ocorreu neste estudo voltado à análise dos desdobramentos do Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE) no contexto de escolas municipais. A pesquisa foi norteada por princípios éticos rigorosos para garantir a proteção dos direitos e do bem-estar dos participantes, bem como a integridade dos dados coletados. O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (COEP) da Universidade Federal de Lavras (UFLA) e aprovado, conforme CAAE nº 85207824.9.0000.5148, submetido em 02/12/2024, garantindo que todos os procedimentos seguissem as normas éticas vigentes.

O respeito à dignidade humana e à autonomia dos participantes constituiu a base de todas as práticas éticas desta pesquisa. Antes da coleta de dados, todos os participantes

receberam informações detalhadas sobre o objetivo do estudo, a natureza da sua participação, o tipo de dados coletados e sua utilização. Esse procedimento foi essencial para garantir o consentimento livre e informado, conforme destacado por Brinkmann e Kvale (2015).

Dessa maneira, para assegurar que os participantes atuassem de forma consciente e sem coercividade, foi garantido que a participação era totalmente voluntária e que poderiam desistir a qualquer momento, sem penalização. Também foi assegurado que todos os dados coletados seriam tratados com confidencialidade, princípio fundamental da pesquisa, conforme a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

A anonimização dos dados constituiu uma das estratégias adotadas para proteger a identidade dos participantes. Durante a transcrição e análise do material empírico, os nomes dos participantes e das escolas foram substituídos por códigos, assegurando sigilo e confidencialidade das informações. A medida que a pesquisa se pautou também no princípio da beneficência, adotando procedimentos voltados à proteção dos participantes e à minimização de possíveis desconfortos. Buscou-se também assegurar o princípio da justiça, garantindo participação equitativa entre os sujeitos envolvidos e respeito aos procedimentos éticos de seleção.

O cronograma das atividades de pesquisa foi cuidadosamente planejado para minimizar interferências na rotina escolar dos participantes, respeitando o tempo dos educadores e suas responsabilidades diárias durante a realização das entrevistas e da coleta documental. Portanto, ao integrar rigor metodológico e princípios éticos, a pesquisa não apenas respeitou e protegeu os direitos dos participantes, como também reforçou a credibilidade e a validade dos resultados. As considerações éticas foram incorporadas ao longo de todo o processo investigativo, assegurando a integridade científica e a qualidade da pesquisa.

SEÇÃO III – A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE O SIMAVE: MAPEAMENTO EM BASES BIBLIOGRÁFICAS

Esta seção tem por objetivo apresentar os resultados de um levantamento bibliográfico realizado em bases científicas, com foco nas produções acadêmicas que tratam do Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE).

A relevância deste levantamento reside na identificação e análise das contribuições já consolidadas sobre o tema, permitindo compreender como a produção científica tem abordado o SIMAVE, seus efeitos e desafios, além de estabelecer conexões com a presente pesquisa empírica.

A seção é composta por quatro subseções. A primeira trata do processo de levantamento bibliográfico nas bases de dados. Em seguida, são apresentadas e analisadas as produções científicas selecionadas. Na terceira subseção, discute-se a relação entre essas produções e os objetivos do presente estudo. Por fim, a quarta subseção traz apontamentos que auxiliaram na formulação das categorias de análise empírica da pesquisa.

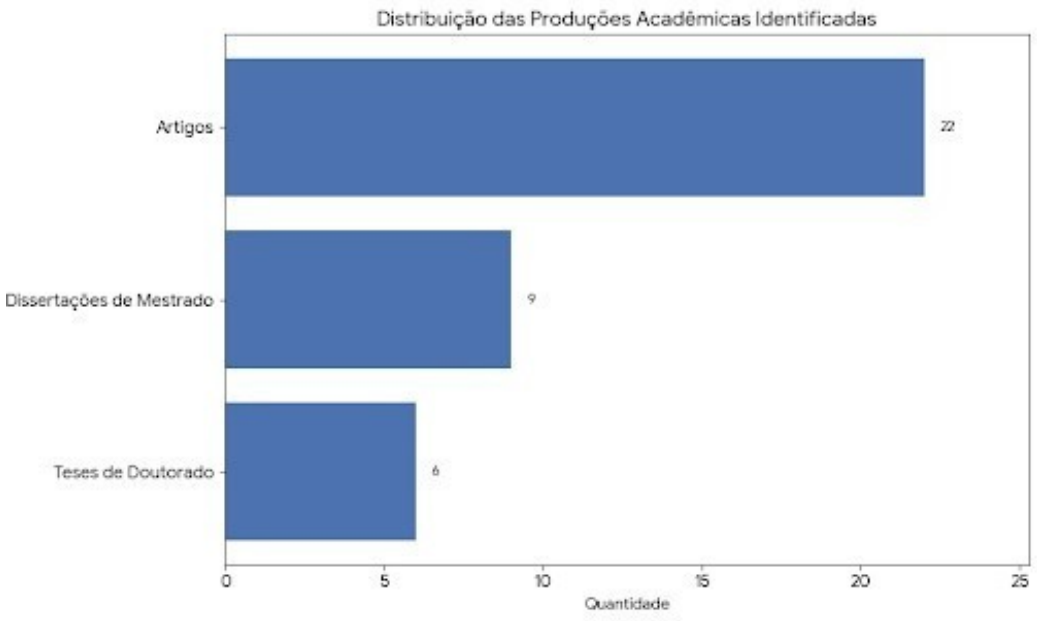
3.1 Levantamento bibliográfico em bases de dados

O levantamento em bases bibliográficas constitui uma etapa fundamental da metodologia desta pesquisa, oferecendo a base teórica necessária para contextualizar o estudo empírico sobre os desdobramentos do Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE) nas práticas escolares. Essa etapa foi planejada com o objetivo de subsidiar teoricamente a investigação acerca dos desdobramentos da avaliação aqui em foco nas práticas pedagógicas e de gestão escolar, possibilitando uma compreensão ampla da produção acadêmica sobre avaliações externas e suas relações com o contexto educacional, especialmente em escolas municipais do sul de Minas Gerais, foco desta investigação.

Assim, para a realização do levantamento, foram selecionadas bases de dados acadêmicas reconhecidas na área das Ciências da Educação*: Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Portal Educ@ e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), consideradas essenciais para o acesso à produção científica nacional sobre o tema das avaliações educacionais. O recorte temporal definido foi de 2019 a 2024, garantindo a contemporaneidade das análises. O processo de busca utilizou os seguintes descritores: “SIMAVE”, “avaliação externa”, “resultados educacionais”, “práticas pedagógicas” e “gestão escolar”. Após a triagem inicial e leitura dos resumos, foram identificadas 37 produções científicas, sendo 22 artigos, 9 dissertações de mestrado e 6 teses de doutorado. Deste total, apenas 7 produções foram selecionadas para análise aprofundada, por apresentarem maior

aderência aos objetivos da presente pesquisa e por tratarem da temática de forma direta, especialmente no que se refere à apropriação dos resultados avaliativos por professores, diretoras e supervisão pedagógica. Como pode ser observado no gráfico 1 abaixo.

Gráfico 1 – Distribuição das produções científicas identificadas



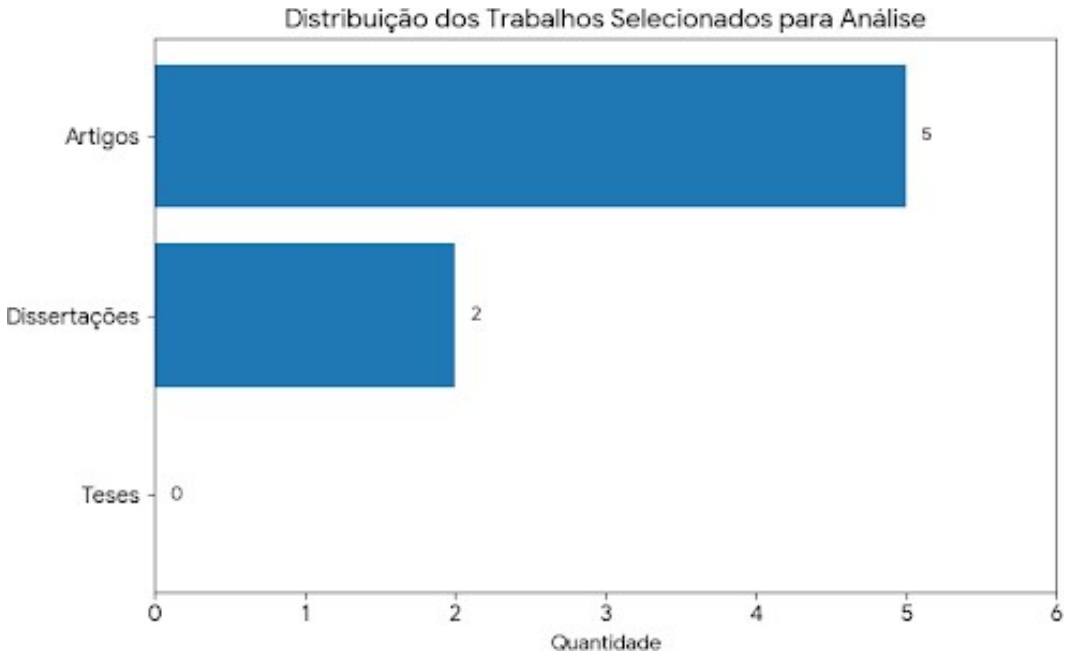
Fonte: elaboração própria.

A distribuição das produções científicas evidencia a predominância de artigos acadêmicos entre os trabalhos identificados, o que indica que a temática das avaliações externas e do SIMAVE tem sido abordada, majoritariamente, em periódicos científicos. As dissertações de mestrado e as teses de doutorado aparecem em menor número, revelando que ainda são escassos os estudos aprofundados que investigam, de forma mais densa, os desdobramentos do SIMAVE no contexto das redes municipais de ensino.

Assim, do ponto de vista analítico, os dados apresentados no Gráfico 1 sugerem que a produção acadêmica sobre o SIMAVE tem se concentrado em análises mais pontuais e de menor fôlego investigativo, características dos artigos científicos, em detrimento de pesquisas de longa duração, como dissertações e teses. Esse cenário indica a necessidade de ampliação de estudos aprofundados que possibilitem compreender, com maior densidade teórica e empírica, os efeitos das avaliações externas sobre as práticas pedagógicas e a gestão escolar, especialmente em contextos municipais específicos, como o investigado nesta pesquisa.

A seleção de apenas sete trabalhos para análise aprofundada reforça a existência de lacunas na produção acadêmica, especialmente no que se refere à apropriação pedagógica dos resultados avaliativos e ao papel da gestão escolar e da supervisão pedagógica nesse processo. Como pode ser analisado no gráfico 2 abaixo:

Gráfico 2 – Trabalhos selecionados no levantamento bibliográfico



Fonte: elaboração própria.

Sob uma perspectiva analítica, o Gráfico 2 evidencia o rigor adotado nos critérios de seleção das produções, priorizando estudos que dialogam diretamente com os objetivos da pesquisa. A expressiva redução do número de trabalhos analisados em profundidade demonstra que, embora haja um quantitativo considerável de publicações sobre avaliações externas, poucas abordam de maneira específica e articulada o uso dos resultados do SIMAVE no cotidiano das escolas, sobretudo a partir das percepções de professoras, diretoras e supervisão pedagógica. Tal constatação reforça a relevância e a originalidade da presente investigação.

Segundo Gatti (2019), a revisão da literatura permite mapear lacunas no conhecimento existente e orientar novas investigações científicas. As produções selecionadas discutem, sob diferentes enfoques, a apropriação dos resultados das avaliações externas pelas escolas e seus desdobramentos no cotidiano docente e na gestão escolar, destacando a importância do planejamento pedagógico orientado por dados.

A análise dos textos priorizou a identificação de contribuições teóricas e empíricas relevantes, com destaque para autores como Bonamino e Sousa (2018), que discutem os desdobramentos das avaliações em larga escala nas decisões pedagógicas; Brooke e Soares (2019), que abordam fatores relacionados à utilização dos dados das avaliações pelas redes escolares, incluindo a formação continuada dos profissionais para a interpretação dos resultados; e Barbosa (2020), que analisa o uso dos dados do SIMAVE na gestão escolar e no planejamento docente.

Nota-se que o corpus analisado forneceu subsídios teóricos e metodológicos fundamentais para a construção do referencial da pesquisa e para a análise dos dados empíricos. Além disso, permitiu identificar convergências e lacunas entre o que é produzido no meio acadêmico e as práticas desenvolvidas nas escolas públicas, especialmente no que se refere ao papel das diretoras e da supervisão pedagógica, cujas percepções ainda se mostram pouco exploradas nas pesquisas sobre avaliação externa.

3.2 Produções científicas analisadas

As produções selecionadas foram organizadas em um quadro analítico que contempla as principais informações de cada trabalho:

Quadro 1 – Produções Acadêmicas sobre SIMAVE e Avaliação Externa (2019–2024)

Ano	Tipo	Autor(es)	Título	Enfoque Principal
2019	Artigo (SciELo)	Marco Aurélio Kistemann Júnior. Carolina de Lima Gouvêa.	Uma investigação com professores de matemática e sua leitura dos resultados das avaliações em larga escala (PROEB)	Análise das dificuldades dos professores em interpretar e utilizar os resultados do PROEB para o planejamento pedagógico.
2019	Dissertação (BDTD)	Ronaldo Martins Borges.	A apropriação de resultados do sistema mineiro de avaliação (SIMAVE) no Ensino Médio: desafios e possibilidades para uma gestão colaborativa	Investigação dos desafios e possibilidades para a gestão colaborativa no Ensino Médio a partir do uso dos resultados do SIMAVE.
2021	Dissertação (BDTD)	Wilson Fernandes Oliveira.	Apropriação dos resultados das avaliações do SIMAVE/PROEB na Escola Estadual Santo Antônio de Salinas	Estudo da apropriação dos resultados do SIMAVE/PROEB pela comunidade escolar de uma escola estadual específica.
2022	Artigo (SciELo)	Regilson Maciel Borges. Karolayne Rezende de Carvalho. Éder Mendonça. Thais Freitas.	Usos dos resultados das avaliações externas pelas secretarias de educação, gestores escolares e professores: análise da produção científica publicada no Brasil (2008-2018)	Análise sistemática da produção científica sobre uso dos resultados de avaliações externas por diferentes atores escolares.
2022	Artigo (Portal Educa)	Elder Stroppa.	A utilização do Simade e do Simave como meios de administração e avaliação educacional das escolas públicas estaduais em Minas Gerais	Estudo da aplicação dos sistemas Simade e Simave na gestão e avaliação das escolas públicas estaduais mineiras.
2022	Artigo (SciELo)	Elizeth Rezende Martins da Silveira. Fabiane Santana Previtali.	Avaliação de Desempenho Individual e o Simave como instrumentos de gestão e regulação em Minas Gerais: implicações para os trabalhadores docentes	Discussão das implicações do uso do SIMAVE na gestão e regulação do desempenho docente em Minas Gerais.
2023	Artigo (SciELo)	Adriana Gonçalves de Almeida. Josiane Aparecida Fernandes. Stella Martins Lemos Nunes.	BNCC, SAEB e PROALFA: um estudo das habilidades matemáticas	Análise sobre os limites do alinhamento entre as matrizes de referência do SAEB e do PROALFA e as competências matemáticas previstas na BNCC, evidenciando simplificações cognitivas.

Fonte: elaboração própria.

As produções científicas analisadas foram organizadas em dois eixos principais, de acordo com a temática central desta dissertação, a saber: os desdobramentos do SIMAVE no cotidiano de escolas públicas municipais e a apropriação dos seus dados por professoras, gestoras e supervisor pedagógico. O primeiro eixo é o da apropriação pedagógica dos dados avaliativos, que reúne estudos que abordam como os professores lidam com os resultados do SIMAVE para replanejar o ensino e adaptar as práticas em sala de aula. Destacam-se nesse eixo os trabalhos de Kistemann Júnior e Gouvêa (2019) e Oliveira (2021), que enfocam os desafios enfrentados pelas escolas no uso pedagógico das avaliações, reforçando a importância da formação e da mediação crítica dos dados.

O segundo eixo trata da gestão escolar e regulação institucional a partir do SIMAVE, incluindo estudos que analisam o uso dos dados em processos decisórios e administrativos. Inserem-se aqui os trabalhos de Borges (2019), Stroppa (2022), Silveira e Previtali (2022) e Borges, Carvalho *et al*. (2022). Essas produções exploram os usos dos resultados em níveis mais amplos do sistema educacional, como as secretarias de educação e a gestão escolar, discutindo aspectos como responsabilização, desempenho docente e a função reguladora das avaliações externas. Essa organização por eixos evidencia o diálogo direto das produções com o tema da dissertação, contribuindo para a compreensão ampla e contextualizada do SIMAVE como instrumento que tanto orienta práticas pedagógicas quanto estruturas políticas de gestão educacional.

O quadro 1 acima, que compila os trabalhos acadêmicos selecionados (2019–2024), revela importantes características sobre a produção científica relativa ao SIMAVE e à avaliação externa no contexto educacional mineiro. Observa-se que, embora a busca tenha identificado teses, dissertações e artigos, houve uma predominância de artigos e dissertações que dialogam diretamente com a temática específica da apropriação dos resultados do SIMAVE pelas escolas e seus desdobramentos práticos. Por outro lado, as teses localizadas, embora relevantes no âmbito geral das avaliações educacionais, não apresentaram aderência suficiente ao foco desta pesquisa para serem incluídas na análise aprofundada. Isso demonstra uma lacuna na produção de teses que explorem diretamente as nuances e desafios enfrentados pelas escolas no uso pedagógico e gerencial dos dados do SIMAVE (Gatti, 2014).

Entre os documentos selecionados, destaca-se a dissertação de Oliveira (2021), que apresenta uma investigação aprofundada sobre a apropriação dos resultados do SIMAVE/PROEB em uma escola estadual específica, trazendo um olhar qualitativo alinhado ao recorte deste estudo. Ainda, o artigo de Borges, Carvalho *et al*. (2022) complementa essa perspectiva ao analisar o uso dos resultados das avaliações externas por diversos atores

escolares, promovendo uma visão sistêmica da apropriação dos dados em diferentes níveis da gestão educacional. Essa aproximação confirma a necessidade de uma leitura crítica e contextualizada dos dados para que estes promovam mudanças significativas, conforme defendem Bonamino e Sousa (2018) ao afirmarem que "os dados das avaliações, quando bem interpretados, podem ser poderosas ferramentas para o desenvolvimento educacional contínuo".

A continuidade temática entre a dissertação de Borges (2019) e o artigo posterior (Borges; Carvalho *et al.,* 2022) é notória, configurando uma linha de pesquisa que aprofunda a compreensão do processo de utilização dos dados do SIMAVE desde o nível escolar até o âmbito das Secretarias de Educação. Essa trajetória demonstra o desenvolvimento de estudos voltados à articulação entre os resultados das avaliações externas, as práticas pedagógicas e os processos de gestão escolar, em consonância com os debates sobre qualidade e equidade na educação pública (Brooke; Soares, 2019).

Observa-se ainda que estudos mais recentes, como os de Stroppa (2022) e Silveira e Previtali (2022), abordam o SIMAVE sob diferentes perspectivas, incluindo sua função administrativa e regulatória, suas implicações para o trabalho docente e seus desdobramentos nas práticas pedagógicas. Essa diversidade de enfoques evidencia um esforço da produção acadêmica em compreender as múltiplas dimensões do SIMAVE, desde sua organização institucional até sua presença no cotidiano escolar.

Quanto à linguagem e à abordagem, os textos selecionados apresentam consistência temática e metodológica, utilizando uma perspectiva crítica e analítica acerca da avaliação externa como instrumento de diagnóstico e acompanhamento educacional. Embora existam variações de enfoque, ora mais voltadas à gestão escolar, ora às dimensões pedagógicas, os trabalhos convergem na compreensão do SIMAVE como mecanismo de regulação educacional que produz diferentes desdobramentos nas práticas escolares. A preocupação com a formação dos professores para a utilização dos dados e com o suporte às lideranças escolares aparece de forma recorrente nos estudos analisados, reforçando a relevância desses aspectos para os processos de apropriação e utilização dos resultados das avaliações externas (Brooke; Soares, 2019).

Em suma, a análise do quadro 1 evidencia que, apesar do crescente interesse pelo tema, ainda existem lacunas específicas, especialmente em teses, sobre o uso do SIMAVE em contextos locais e de menor porte, como o das escolas analisadas nesta pesquisa. Portanto, o presente estudo contribui para preencher essas lacunas, ao investigar detalhadamente os desdobramentos do SIMAVE em duas escolas municipais do sul de Minas Gerais, trazendo uma

perspectiva prática e contextualizada que dialoga diretamente com as produções acadêmicas selecionadas e as discussões teóricas atuais.

3.3 Relação com a Presente Pesquisa

As produções analisadas dialogam diretamente com os objetivos desta dissertação, que buscou investigar os desdobramentos do SIMAVE no contexto de duas escolas do sul de Minas Gerais. Os estudos revisados fornecem uma visão aprofundada sobre as formas de apropriação dos resultados pelas escolas, com ênfase no papel da gestão, do corpo docente e da supervisão pedagógica nesse processo. Além disso, discutem as implicações para o planejamento pedagógico e para as políticas educacionais locais.

A presença de dissertações e artigos na amostra reforça o interesse acadêmico crescente em torno do tema e evidencia a relevância de investigações qualitativas que considerem a percepção dos profissionais da educação, em especial das diretoras e supervisores pedagógicos, atores essenciais na mediação e aplicação dos dados do SIMAVE, que esta pesquisa buscou aprofundar.

A análise da literatura indica a importância da formação continuada dos profissionais para uma interpretação eficaz dos resultados das avaliações, aspecto que foi considerado no desenvolvimento do produto educacional, o conjunto de orientações pedagógicas "SIMAVE em Foco: Como Transformar Dados em Ação Pedagógica". O conjunto de orientações pedagógicas surge como resposta concreta aos desafios identificados, buscando apoiar professores, gestores e supervisores no uso estratégico dos dados para o aprimoramento das práticas pedagógicas e de gestão.

Por fim, observa-se que a literatura reconhece o potencial transformador do SIMAVE para promover a equidade e a melhoria da qualidade da educação pública, porém ressalta desafios estruturais, especialmente nas escolas com recursos limitados, reforçando a necessidade de políticas e suportes adequados para efetivar a apropriação dos dados na prática escolar. Esse entendimento justifica a relevância do recorte desta dissertação, que visa contribuir para superar tais desafios no contexto de escolas municipais do sul de Minas Gerais.

3.4 Levantamento bibliográfico e considerações para a análise empírica

Ao explorar a literatura especializada sobre o Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE), observa-se uma compreensão crítica e abrangente acerca dos desafios enfrentados pelas escolas públicas mineiras em relação às avaliações externas, especialmente no contexto do PROEB. Esses estudos constituem um importante referencial teórico que contribuiu diretamente para a análise dos dados empíricos desta pesquisa, e foram coletados por meio de entrevistas com profissionais da educação.

Oliveira (2021), em sua dissertação, argumenta que, embora existam ações voltadas à leitura e interpretação dos resultados do SIMAVE, essas iniciativas frequentemente não se concretizam em mudanças estruturais efetivas nas práticas escolares. O autor destaca que as práticas voltadas à apropriação dos dados necessitam ser aprimoradas, tanto em relação às concepções que as fundamentam quanto à articulação entre os diferentes atores da comunidade escolar.

Assim, de modo complementar, Stroppa (2022) ressalta que ainda há uma ausência de cultura institucional consolidada quanto ao uso sistemático dos resultados das avaliações externas como subsídios para decisões pedagógicas contextualizadas. Essa limitação compromete a transformação dos dados em estratégias educativas eficazes, refletindo uma lacuna importante entre a produção e a aplicação dos dados no cotidiano escolar.

A análise de Borges *et al.* (2022) também reforça essa problemática ao indicar que a responsabilização institucional pelos resultados nem sempre se traduz em melhorias efetivas no processo educativo. Segundo os autores, os professores frequentemente se veem pressionados a alcançar metas, sem, contudo, receberem formação adequada ou condições apropriadas para a leitura crítica e o uso qualificado dos dados produzidos pelas avaliações externas.

Corroborando esse cenário, Borges (2023) salienta que a apropriação dos dados avaliativos depende de diversos fatores interligados, como o nível de formação dos docentes, o tempo disponível para análise e o suporte fornecido pelas instâncias superiores do sistema educacional. Esses fatores se revelam decisivos para que a avaliação cumpra seu papel formativo, indo além do aspecto meramente burocrático.

Silveira e Previtali (2022) acrescentam que ainda existe uma considerável distância entre os dados gerados pelas avaliações em larga escala e sua efetiva aplicação pedagógica. Para a autora, essa lacuna revela a necessidade de políticas públicas que promovam formação continuada, de forma a auxiliar os profissionais da educação a compreenderem e utilizarem os

resultados para além da lógica classificatória e ranqueadora, transformando-os em instrumentos de reflexão e melhoria da prática.

Autores como Gatti (2014) defende que as avaliações externas podem, de fato, contribuir para o aprimoramento da qualidade educacional, desde que interpretadas criticamente e utilizadas com critérios coerentes com as realidades locais das escolas. Nessa perspectiva, os resultados dessas avaliações não devem ser compreendidos como um fim em si mesmos, mas como instrumentos diagnósticos que podem subsidiar o planejamento pedagógico, a reorientação de práticas docentes e o fortalecimento da gestão escolar.

Nesse contexto, o uso pedagógico das avaliações não pode estar dissociado de uma perspectiva formativa, que respeite a diversidade dos contextos escolares. Souza (2011) também argumenta que os limites e possibilidades das avaliações em larga escala estão diretamente associados à forma como seus resultados são apropriados pelos profissionais da educação. A autora destaca a importância de se investir na formação dos atores escolares e na criação de condições para análise coletiva e crítica dos dados.

Brooke e Soares (2019), por sua vez, enfatiza que a formação dos professores é elemento central para que os dados avaliativos possam ser efetivamente convertidos em estratégias pedagógicas relevantes. Para o autor, somente com uma mediação profissional qualificada é possível atribuir sentido aos dados e transformá-los em ações concretas no interior da escola.

Logo, com base nesse diálogo entre a literatura e os objetivos desta pesquisa, constata-se que, embora o SIMAVE possua um potencial significativo para promover melhorias no processo educativo, sua apropriação efetiva depende da articulação de múltiplas dimensões: formação docente contínua, tempo para análise, cultura colaborativa e apoio institucional. Assim, ainda que o acesso à informação avaliativa seja relevante, ele não é suficiente. É necessário criar condições para que os dados se tornem conhecimento útil, contextualizado e orientador das práticas pedagógicas nas escolas públicas mineiras.

SEÇÃO IV – O SIMAVE NAS ESCOLAS MUNICIPAIS: ANÁLISE DOCUMENTAL E VOZES EDUCACIONAIS

O objetivo desta seção é apresentar e discutir os resultados da análise documental e das entrevistas realizadas com educadores de duas escolas municipais do sul de Minas Gerais, com foco na apropriação e nos desdobramentos pedagógicos do Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE) no cotidiano escolar.

A partir da escuta das vozes dos sujeitos participantes da pesquisa e da leitura crítica dos documentos institucionais, busca-se compreender como os dados gerados pelas avaliações externas são interpretados, utilizados e incorporados às práticas de gestão e de ensino, bem como os limites e possibilidades desse processo no que se refere à promoção da equidade e à melhoria da qualidade educacional.

Esta seção está organizada em sete subseções**.** Inicialmente, apresenta-se a análise dos dados documentais das escolas investigadas. Em seguida, descrevem-se os procedimentos de análise das entrevistas. Posteriormente, são discutidas as percepções da gestão escolar, da supervisão pedagógica e das professoras sobre o SIMAVE, com análises específicas das falas das diretoras e do supervisor pedagógico, das professoras do 2º ano, do 3º ano e das professoras do 4º e 5º anos. Na sequência, são analisados os desdobramentos pedagógicos do SIMAVE no cotidiano escolar. Por fim, a seção articula os resultados empíricos com o levantamento bibliográfico realizado e apresenta uma síntese dos achados, estabelecendo diálogo direto com o produto educacional desenvolvido no âmbito desta pesquisa.

4.1 Análise de Dados Documentais

A análise documental realizada nesta pesquisa possibilitou compreender, de forma mais aprofundada, o grau de apropriação dos resultados das avaliações externas, especialmente do Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE), no cotidiano das escolas municipais participantes. Para isso, foram analisados documentos institucionais, como Projetos Político-Pedagógicos (PPP), regimentos escolares, atas de reuniões, circulares, memorandos, gráficos de desempenho e relatórios técnicos. Essa etapa buscou identificar se os resultados do SIMAVE eram discutidos, utilizados e incorporados às práticas pedagógicas e administrativas das instituições investigadas.

A escolha dos documentos analisados ocorreu a partir de sua relevância para a compreensão das práticas de gestão pedagógica e da possível incorporação dos resultados das avaliações externas no cotidiano escolar. Assim, foram selecionados documentos institucionais considerados centrais para a organização pedagógica das escolas, especialmente aqueles que

poderiam evidenciar orientações, metas, encaminhamentos ou registros relacionados ao uso dos dados do SIMAVE. A seleção documental contemplou materiais produzidos tanto pela gestão escolar quanto pela Secretaria Municipal de Educação, buscando identificar aproximações entre os resultados das avaliações externas e as ações desenvolvidas nas instituições investigadas.

A análise dos documentos fundamentou-se na perspectiva da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016), considerando elementos recorrentes, ausências, regularidades e indícios relacionados à apropriação pedagógica das avaliações externas. Nesse processo, buscou-se identificar não apenas a presença explícita de referências ao SIMAVE, mas também compreender como os documentos expressavam concepções de gestão, acompanhamento pedagógico e planejamento educacional.

Inicialmente, constatou-se que a Secretaria Municipal de Educação não apresentou documentos próprios que relacionassem diretamente os resultados do SIMAVE às estratégias pedagógicas ou administrativas da rede municipal. O acesso aos dados ocorreu exclusivamente por meio do portal oficial do sistema, evidenciando a ausência de políticas locais voltadas à sistematização, acompanhamento e mediação pedagógica desses resultados. Tal aspecto dificulta a consolidação de uma cultura avaliativa articulada às necessidades concretas das escolas e limita a construção de ações coletivas fundamentadas nos indicadores produzidos pelas avaliações externas.

Além disso, a ausência de documentos orientadores, relatórios técnicos ou registros institucionais relacionados ao uso pedagógico do SIMAVE demonstra que a apropriação desses resultados tende a ocorrer de maneira descentralizada e dependente das iniciativas individuais das equipes gestoras escolares. Esse cenário reforça o que Souza (2011) aponta ao afirmar que a utilidade das avaliações externas depende, em grande parte, da forma como os resultados são apropriados pelas redes de ensino e pelos atores escolares, exigindo mediação institucional, tempo e investimento em formação.

Observou-se, ainda, que a inexistência de direcionamentos mais sistemáticos por parte da Secretaria Municipal de Educação pode contribuir para que os resultados das avaliações externas permaneçam restritos ao acompanhamento quantitativo dos indicadores educacionais, sem necessariamente favorecer processos contínuos de reflexão pedagógica nas escolas. Dessa forma, a disponibilização dos dados, isoladamente, não garante sua incorporação ao planejamento pedagógico, sendo necessário o desenvolvimento de estratégias formativas e institucionais que favoreçam leituras críticas e contextualizadas dos resultados produzidos pelo SIMAVE.

Na Escola A, o Projeto Político-Pedagógico apresentava conteúdos predominantemente institucionais, como histórico da escola, missão, estrutura física e organização das turmas. Não foram identificadas menções à utilização de dados de avaliações externas, tampouco metas relacionadas ao desempenho no SIMAVE ou em outras avaliações. A diretora informou que o regimento escolar encontrava-se em processo de revisão junto à Superintendência Regional de Ensino, o que impossibilitou seu acesso durante o período da pesquisa.

A organização do PPP da Escola A evidenciava maior ênfase em aspectos administrativos e institucionais da escola, como organização estrutural, caracterização da comunidade escolar e distribuição das turmas. Em contrapartida, observou-se ausência de discussões relacionadas ao acompanhamento sistemático da aprendizagem por meio das avaliações externas. Essa característica sugere que o documento ainda se configura mais como instrumento burocrático e organizacional do que como referência efetiva para o planejamento pedagógico orientado por indicadores educacionais.

As circulares analisadas abordavam, majoritariamente, aspectos operacionais e logísticos, como entrega de diários e organização de eventos escolares. Esse dado evidencia a ausência de orientações pedagógicas sistematizadas relacionadas ao uso dos resultados das avaliações externas no cotidiano escolar. Tal cenário dialoga com as reflexões de Gatti (2014), ao afirmar que, na ausência de mediações institucionais e formativas, os dados das avaliações tendem a permanecer dissociados do planejamento pedagógico e das práticas escolares.

Outro aspecto relevante identificado na análise documental refere-se à ausência de registros que evidenciassem processos coletivos de estudo ou discussão dos resultados do SIMAVE entre os profissionais da escola. Não foram localizados encaminhamentos pedagógicos, metas de desempenho ou propostas de intervenção vinculadas aos resultados das avaliações externas, indicando limitada institucionalização do uso pedagógico desses dados no cotidiano escolar.

Cabe ressaltar que, durante o período da pesquisa, a avaliação que mobilizava de maneira mais sistemática a equipe gestora era o RENALFA[1], , programa estruturado em três ciclos avaliativos voltados à garantia da alfabetização das crianças até o final do 2º ano do

[1] Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa) é uma iniciativa do governo federal, inserida no **Compromisso Nacional Criança Alfabetizada**, focada em garantir que todas as crianças brasileiras estejam alfabetizadas até o final do 2º ano do ensino fundamental. O programa inclui um ciclo de avaliações de alfabetização, além de estratégias específicas para apoiar a recuperação das aprendizagens das crianças, especialmente aquelas afetadas pela pandemia.

Ensino Fundamental e à recuperação das aprendizagens dos estudantes do 3º, 4º e 5º anos, especialmente daqueles impactados pelas consequências da pandemia.

Nesse contexto, as ações pedagógicas e de gestão da escola concentravam-se prioritariamente nos processos de alfabetização, orientadas pelos ciclos e diretrizes estabelecidos pelo referido programa. A ausência de articulação entre esse movimento institucional e os dados produzidos pelo SIMAVE evidencia certa fragmentação no uso das avaliações externas, reforçando o argumento de Gatti (2014) de que a contribuição efetiva desses sistemas depende de leituras contextualizadas e de estratégias formativas que favoreçam sua incorporação ao projeto pedagógico da escola.

Na Escola B, embora o PPP apresentasse estrutura semelhante à da Escola A, foi possível identificar uma seção específica que mencionava a importância da utilização dos resultados das avaliações externas para o redirecionamento das práticas educativas, com vistas à melhoria do processo de ensino-aprendizagem. Ainda que de forma breve, essa referência sinaliza maior reconhecimento do papel das avaliações externas na gestão pedagógica.

Além disso, a equipe gestora disponibilizou documentos contendo resultados da escola no SAEB e no RENALFA, bem como dados referentes ao PROEB 2023, componente integrante do SIMAVE. A presença desses documentos indica uma aproximação mais evidente com os resultados das avaliações externas, embora sua incorporação às práticas pedagógicas ainda ocorresse de maneira limitada.

Na Escola B, a análise documental evidenciou maior circulação de dados relacionados às avaliações externas no espaço escolar. Entre os documentos apresentados pela equipe gestora, destacaram-se gráficos contendo resultados do SAEB e do RENALFA, além de pautas de reuniões pedagógicas e registros institucionais voltados ao acompanhamento do desempenho dos estudantes.

Os gráficos analisados apresentavam indicadores de desempenho em Língua Portuguesa e Matemática, com dados referentes aos padrões de desempenho e à evolução dos resultados ao longo dos anos. Observou-se que os documentos enfatizavam principalmente percentuais de rendimento, padrões de proficiência e índices relacionados à alfabetização e à frequência escolar. A presença desses materiais demonstra uma preocupação institucional com o acompanhamento dos indicadores educacionais e com os resultados alcançados pela escola nas avaliações externas.

Entretanto, embora os documentos evidenciassem o monitoramento dos resultados, a análise permitiu identificar que o foco institucional permanecia predominantemente centrado nos indicadores quantitativos de desempenho. Os registros analisados apresentavam poucas

evidências de discussões aprofundadas acerca das dificuldades de aprendizagem identificadas nas avaliações ou de estratégias pedagógicas sistematizadas para enfrentamento dessas dificuldades.

Esse aspecto foi observado, por exemplo, nos gráficos referentes ao RENALFA, nos quais os dados eram organizados em categorias de desempenho dos estudantes, como “abaixo do esperado”, “adequado” e “fluente”, evidenciando preocupação com os níveis de proficiência. Contudo, os documentos não apresentavam detalhamento consistente acerca das intervenções pedagógicas decorrentes dessas análises, indicando que o uso dos resultados ainda se concentrava mais no acompanhamento dos indicadores do que na construção coletiva de ações pedagógicas contínuas.

As pautas de reuniões analisadas também revelaram aspectos importantes acerca da dinâmica institucional da escola. Observou-se predominância de temas administrativos e organizacionais, como entrega de diários, organização de eventos escolares e encaminhamentos relacionados à rotina da instituição. Embora alguns documentos evidenciassem preocupação com o acompanhamento pedagógico dos estudantes, especialmente no contexto da alfabetização, verificou-se limitada presença de discussões sistemáticas relacionadas à análise pedagógica dos resultados do SIMAVE.

Tal característica evidencia que as avaliações externas, embora presentes no cotidiano institucional, ainda não ocupavam centralidade nos espaços coletivos de planejamento e reflexão pedagógica. Esse cenário reforça a compreensão de que a apropriação dos resultados das avaliações externas ocorre de maneira parcial e, muitas vezes, desvinculada de processos formativos contínuos no interior da escola.

Outro aspecto relevante identificado na documentação da Escola B refere-se à forte ênfase atribuída à alfabetização e ao acompanhamento da fluência leitora, especialmente por meio dos resultados do RENALFA. Esse movimento evidencia a influência das políticas estaduais voltadas à alfabetização no direcionamento das ações pedagógicas da escola. Entretanto, também revela certa fragmentação entre os diferentes sistemas avaliativos, uma vez que o acompanhamento mais sistemático concentrava-se nas avaliações relacionadas à alfabetização, enquanto os resultados do SIMAVE apareciam de forma menos integrada ao planejamento pedagógico institucional.

A análise do regimento escolar da Escola B também evidenciou concepções relacionadas ao acompanhamento da aprendizagem e ao processo avaliativo dos estudantes. O documento destacava que a avaliação deveria orientar a prática educativa em função das necessidades de desenvolvimento dos alunos, além de enfatizar o acompanhamento contínuo

da aprendizagem, a participação das famílias e a utilização de diferentes instrumentos avaliativos.

Observou-se, ainda, que o regimento atribuía à avaliação caráter processual e formativo, ao mencionar que o professor deveria acompanhar o desenvolvimento das competências e habilidades dos estudantes, revendo práticas pedagógicas sempre que necessário. O documento também ressaltava a importância de comunicar os resultados das avaliações às famílias e de utilizar diferentes estratégias avaliativas, como trabalhos individuais, atividades em grupo, avaliações escritas, pesquisas e atividades orais.

Entretanto, embora o documento apresentasse uma concepção ampliada de avaliação da aprendizagem, não foram identificadas referências específicas ao uso pedagógico dos resultados do SIMAVE ou de outras avaliações externas no planejamento escolar. Tal aspecto evidencia certo distanciamento entre as concepções avaliativas expressas institucionalmente e a incorporação efetiva dos dados produzidos pelas avaliações em larga escala nas práticas pedagógicas da escola.

Esse cenário reforça a compreensão de que, apesar da existência de princípios avaliativos voltados ao acompanhamento da aprendizagem, a articulação entre avaliação interna e avaliação externa ainda ocorre de forma limitada no contexto investigado. Assim, os resultados do SIMAVE tendem a ocupar espaço secundário frente às práticas avaliativas internas já consolidadas no cotidiano escolar.

Observou-se que, tanto na Escola A quanto na Escola B, a apropriação pedagógica dos dados do SIMAVE ocorreu de forma pontual, mesmo diante da disponibilidade das informações no portal institucional. A análise documental, articulada às entrevistas realizadas, evidenciou limitada integração desses resultados ao planejamento escolar e às práticas pedagógicas desenvolvidas nas instituições investigadas.

Esse achado dialoga com as discussões de Gatti (2014) e de Bonamino e Sousa (2018) acerca dos desafios relacionados à mediação institucional necessária para que os resultados das avaliações externas sejam incorporados às práticas pedagógicas de forma sistemática, reflexiva e contextualizada.

Desse modo, o cenário identificado nas escolas pesquisadas aproxima-se do que Borges *et al.* (2022) apontam como um dos principais entraves ao uso qualificado das avaliações externas: a ausência de suporte institucional, formação docente e tempo adequado para análise crítica dos resultados. Assim, para que o SIMAVE possa cumprir seu papel formativo como instrumento de melhoria da qualidade educacional, torna-se imprescindível que os sistemas

municipais de ensino desenvolvam estratégias de orientação e apoio técnico às escolas, fortalecendo o uso dos dados de maneira colaborativa, contínua e contextualizada.

4.2 Análise das Entrevistas

As entrevistas realizadas no âmbito desta pesquisa foram analisadas utilizando-se a Análise de Conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016), metodologia já mencionada ao longo deste trabalho. Tal abordagem possibilita a interpretação sistemática das comunicações, permitindo identificar categorias de sentido que emergem do discurso dos sujeitos, considerando tanto o conteúdo manifesto quanto os significados subjacentes às falas. A escolha por essa metodologia se justifica pela natureza da investigação, que busca compreender percepções, práticas e sentidos atribuídos pelos profissionais da educação ao Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE) no contexto escolar.

As entrevistas ocorreram de forma presencial, nas dependências das escolas participantes, respeitando-se as condições institucionais e a disponibilidade dos sujeitos. Para o registro das falas, utilizou-se o microfone do aplicativo *WhatsApp,* exclusivamente como recurso tecnológico para a gravação de áudio. Todos os participantes autorizaram previamente a gravação, atendendo aos princípios éticos que regem a pesquisa em educação, conforme orientações de Minayo (2016) e Gil (2019), especialmente no que se refere ao consentimento informado, ao anonimato e ao uso responsável dos dados.

Após a realização das entrevistas, os áudios foram integralmente transcritos com o auxílio da ferramenta *ChatGPT* (versão paga), utilizada como suporte tecnológico para a conversão do áudio em texto. Ressalta-se que todas as transcrições foram posteriormente revisadas, conferidas e validadas pela pesquisadora, assegurando a fidelidade às falas originais e o rigor metodológico no tratamento dos dados, conforme defende Minayo (2016). Esse procedimento permitiu garantir a confiabilidade do corpus empírico utilizado na análise.

Os participantes apresentaram falas, em sua maioria, breves e objetivas, aspecto diretamente relacionado à rotina intensa de trabalho e às múltiplas demandas que caracterizam o cotidiano escolar. Conforme Triviños (1987), a concisão dos discursos não compromete a análise, desde que as falas expressem sentidos relevantes e estejam alinhadas aos a pesquisa. Nesse sentido, mesmo depoimentos sucintos revelaram percepções significativas acerca do SIMAVE e de seus desdobramentos no contexto da gestão escolar e da prática pedagógica.

O processo analítico seguiu as três etapas propostas por Bardin (2016): a pré-análise, momento de organização do material e realização da leitura flutuante; a exploração do material, fase de codificação e categorização; e o tratamento dos resultados, inferência e

interpretação, etapa em que os dados foram articulados ao referencial teórico da pesquisa. As categorias analíticas foram construídas de forma mista, contemplando categorias definidas a priori, a partir do referencial teórico e do roteiro de entrevistas, bem como categorias emergentes, decorrentes da recorrência e da relevância dos conteúdos expressos pelos sujeitos.

A análise das entrevistas possibilitou identificar sentidos recorrentes relacionados à compreensão do SIMAVE como instrumento de diagnóstico da aprendizagem, à centralidade atribuída aos resultados quantitativos, às dificuldades de articulação entre avaliação externa e planejamento pedagógico, aos desdobramentos das avaliações externas sobre o trabalho docente e aos limites institucionais para a construção de práticas pedagógicas mais reflexivas e voltadas à equidade educacional. Também permitiu compreender os desdobramentos do SIMAVE no cotidiano escolar, especialmente no trabalho das professoras, da supervisão pedagógica e da gestão escolar.

Antes da apresentação das análises, ressalta-se que as falas dos participantes são apresentadas e identificadas por códigos alfanuméricos, com o intuito de preservar o anonimato dos sujeitos e, ao mesmo tempo, possibilitar a compreensão do lugar institucional ocupado por cada um. A identificação adotada organiza-se da seguinte forma: DA e DB referem-se às diretoras das Escolas A e B; S corresponde ao supervisor pedagógico que atua de forma compartilhada nas duas escolas investigadas; P2A e P2B identificam as professoras do 2º ano; P3A e P3B, as professoras do 3º ano; P4A e P4B, as professoras do 4º ano; e P5A e P5B, as professoras do 5º ano das respectivas escolas.

4.3 Percepções, Apropriações e Desdobramentos do SIMAVE no Cotidiano Escolar

A análise das entrevistas evidencia que diretoras, supervisor pedagógico e professoras compreendem o Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE), predominantemente, como um instrumento de avaliação do desempenho dos estudantes, especialmente nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática. As falas revelam uma compreensão fortemente associada à mensuração da aprendizagem e ao acompanhamento de indicadores educacionais, evidenciando a centralidade atribuída aos resultados quantitativos no cotidiano escolar.

Assim, ao definir o SIMAVE como “um sistema de avaliação que avalia o nível de aprendizagem do aluno” (DA) e como “uma avaliação que mostra o desempenho dos alunos, principalmente em Português e Matemática” (DB), as gestoras evidenciam uma percepção alinhada ao caráter diagnóstico das avaliações externas. Tal compreensão dialoga com Alavarse

(2016) e Araújo e Silva (2011), ao apontarem que os sistemas de avaliação em larga escala tendem a ser apropriados pelas escolas prioritariamente como instrumentos de mensuração da aprendizagem e monitoramento de resultados.

Embora essa percepção reconheça a relevância diagnóstica do SIMAVE, observa-se que sua apropriação ainda ocorre de maneira limitada, concentrando-se nos indicadores de desempenho e apresentando pouca articulação com análises mais amplas sobre os processos de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, as entrevistas revelam que o uso dos resultados ocorre, predominantemente, após a divulgação dos dados, em reuniões pedagógicas destinadas à apresentação de índices, padrões de desempenho e habilidades com maior percentual de erro.

As falas das professoras indicam que a socialização dos resultados acontece, principalmente, nos momentos de Módulo II, conduzidos pela gestão escolar e pela supervisão pedagógica. Conforme relatado por P3A, “os resultados são apresentados nas reuniões de módulo, onde a gente analisa os erros e acertos”, enquanto P3B afirma que “a supervisão apresenta os dados e destaca os pontos que precisam melhorar”. Esses depoimentos evidenciam que a supervisão pedagógica assume papel central na mediação dos dados avaliativos, sendo responsável pela leitura, organização e direcionamento das discussões relacionadas ao desempenho escolar.

Essa centralidade da supervisão pedagógica demonstra tanto a importância desse profissional no processo de apropriação dos resultados quanto os limites de uma dinâmica ainda pouco coletiva e formativa. Observou-se que as professoras participam das discussões, porém de maneira mais receptiva do que propriamente ativa na interpretação pedagógica dos dados. Esse cenário se aproxima das reflexões de Bonamino e Sousa (2018) e Borges (2019), ao destacarem que a ausência de tempos institucionais sistemáticos e de processos formativos contínuos compromete a construção de uma cultura avaliativa crítica e colaborativa no interior das escolas.

No cotidiano pedagógico, os resultados do SIMAVE influenciam diretamente o planejamento das professoras, sobretudo na priorização de conteúdos considerados estratégicos para as avaliações externas. As falas evidenciam que os dados são utilizados principalmente para reforçar conteúdos relacionados à leitura, escrita e resolução de problemas matemáticos. Conforme relatado por P4A, “a gente foca mais nos conteúdos que tiveram mais dificuldade”, enquanto P4B destaca que “usamos os resultados para trabalhar mais leitura e escrita”.

Nota-se que esses depoimentos revelam que os desdobramentos do SIMAVE no trabalho docente concentram-se na reorganização do planejamento pedagógico, especialmente na retomada de habilidades com baixo desempenho. Observa-se, portanto, um movimento de

intensificação das práticas voltadas às disciplinas avaliadas externamente, sobretudo Língua Portuguesa e Matemática, aspecto que repercute diretamente na definição de prioridades pedagógicas no cotidiano escolar.

Ao mesmo tempo, a análise das entrevistas evidencia que essa apropriação assume caráter predominantemente corretivo e imediatista, direcionado à resolução de dificuldades identificadas nos testes. Embora os resultados influenciem diretamente sobre o planejamento docente, esses efeitos nem sempre se articulam a processos contínuos de reflexão sobre currículo, metodologias de ensino e condições institucionais de aprendizagem. Tal constatação dialoga com Bonamino e Sousa (2012), ao destacarem que, em muitos contextos escolares, os dados das avaliações externas acabam sendo utilizados prioritariamente para correção de conteúdos e preparação dos estudantes para os testes.

Além das mudanças no trabalho docente, os resultados do SIMAVE também repercutem na atuação da gestão escolar. As diretoras demonstraram preocupação constante com os indicadores de desempenho da escola e com o acompanhamento dos resultados obtidos nas avaliações externas. Nesse contexto, o SIMAVE assume função estratégica de monitoramento institucional, orientando discussões relacionadas à melhoria do desempenho escolar e à necessidade de elevação dos índices educacionais.

Contudo, observou-se que esse acompanhamento ocorre predominantemente sob uma lógica gerencial e diagnóstica, centrada nos resultados quantitativos e nos indicadores de desempenho. Embora a gestão escolar organize momentos de discussão dos dados e acompanhe os resultados das turmas, verificou-se limitada articulação desses processos com ações pedagógicas sistemáticas e contínuas voltadas à transformação das práticas escolares.

Outro aspecto recorrente nas entrevistas refere-se à ausência de formação continuada específica para interpretação e utilização pedagógica dos resultados do SIMAVE. Conforme relatado por P5A, “não temos formação específica para entender melhor os resultados”. Esse depoimento evidencia uma das principais limitações identificadas na pesquisa: a insuficiência de processos formativos voltados à leitura crítica dos dados avaliativos.

Esse aspecto reforça as análises de Barbosa (2020) e Brooke e Soares (2019), que defendem a formação docente como condição fundamental para o uso qualificado das avaliações externas. Sem processos formativos contínuos e institucionalizados, a apropriação dos resultados tende a permanecer restrita ao acompanhamento de índices e à retomada pontual de conteúdos, limitando o potencial formativo das avaliações em larga escala.

As entrevistas também evidenciaram tensões entre a lógica padronizada da avaliação externa e as especificidades do trabalho pedagógico desenvolvido nos anos iniciais do Ensino

Fundamental. As professoras relataram que o SIMAVE, em muitos momentos, não considera os diferentes ritmos de aprendizagem das crianças, especialmente no contexto da alfabetização. Conforme afirmou P2A, “muitas vezes a prova não considera o ritmo das crianças, principalmente aquelas que ainda estão em processo de alfabetização”.

Além disso, a temporalidade da devolutiva dos resultados foi apontada como um fator que limita a utilização pedagógica dos dados. Segundo P2B, “a gente tenta usar os resultados, mas eles chegam tarde e não dialogam muito com o que vivemos na sala”. Essas falas evidenciam o distanciamento entre os tempos da avaliação externa e a dinâmica cotidiana da prática pedagógica, aspecto que compromete o potencial formativo do SIMAVE e dificulta sua incorporação ao planejamento contínuo das atividades escolares.

Outro elemento recorrente nas entrevistas refere-se à pressão exercida pelos resultados das avaliações externas sobre o trabalho docente. As professoras relataram que a divulgação pública dos indicadores intensifica cobranças relacionadas ao desempenho escolar, influenciando diretamente as práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula. Conforme relatado por P3A, “existe uma cobrança maior porque o resultado aparece para todo mundo”.

Essa lógica de responsabilização repercute na organização do ensino e favorece o desenvolvimento de práticas voltadas à preparação dos estudantes para os testes. As falas de P3B e P5A evidenciam esse movimento ao afirmarem, respectivamente, que “às vezes parece que a gente ensina para a prova, e não para a criança” e que “a gente acaba treinando os alunos para a prova, porque sabe que aquilo vai cair”.

Os depoimentos revelam desdobramentos significativos do SIMAVE sobre o currículo e sobre a prática pedagógica cotidiana, indicando processos de redução curricular e priorização de conteúdos avaliados externamente. Esses achados dialogam com Alavarse (2016) e Silveira e Previtali (2022), ao evidenciarem que as avaliações em larga escala podem funcionar como mecanismos de regulação do trabalho docente, influenciando diretamente a organização curricular e as práticas de ensino.

As entrevistas indicaram, ainda, que o SIMAVE contribui apenas parcialmente para reflexões relacionadas à equidade educacional. Embora os resultados permitam identificar dificuldades de aprendizagem e diferenças de desempenho entre turmas e estudantes, os sujeitos entrevistados reconhecem que os dados, isoladamente, não explicam as causas das desigualdades educacionais nem garantem intervenções pedagógicas efetivas para seu enfrentamento.

Conforme relatado por P4A, “os dados ajudam a ver onde a turma está, mas nem sempre explicam o porquê das dificuldades”. De modo semelhante, P5B afirmou que “os alunos

com mais dificuldades continuam com dificuldades, mesmo depois da avaliação". Essas falas evidenciam os limites da avaliação externa quando desvinculada de políticas formativas, estratégias pedagógicas contínuas e condições institucionais adequadas ao acompanhamento das aprendizagens.

Nesse sentido, os participantes destacaram, ainda que de forma implícita, a necessidade de ampliação de momentos coletivos de análise dos resultados, investimento em formação continuada e fortalecimento da articulação entre avaliação externa e planejamento pedagógico. Tais aspectos reforçam a compreensão de que a contribuição do SIMAVE para a melhoria da qualidade educacional depende menos da produção dos resultados em si e mais das condições institucionais construídas para sua interpretação e utilização pedagógica.

Os desdobramentos pedagógicos do SIMAVE, conforme evidenciado pela análise documental e pelas entrevistas realizadas com diretoras, supervisor pedagógico e professoras, concentraram-se, predominantemente, em ações de reforço escolar, retomada de conteúdos com maior índice de erro e ajustes pontuais no planejamento pedagógico. Tais ações ocorreram, em geral, após a divulgação dos resultados, não se configurando como práticas sistemáticas, contínuas ou integradas ao planejamento pedagógico ao longo do ano letivo.

A análise das falas revelou que o uso dos dados do SIMAVE assumiu um caráter majoritariamente reativo, orientado pela necessidade de responder aos indicadores de desempenho apresentados pelo sistema avaliativo. As professoras relataram que os resultados foram utilizados, sobretudo, para intensificar o trabalho com Língua Portuguesa e Matemática, priorizando habilidades específicas identificadas como aspectos que demandavam maior atenção pedagógica. Esse movimento dialoga com as reflexões de Bonamino e Sousa (2012), ao evidenciar uma apropriação centrada na resposta imediata aos indicadores, em detrimento de processos mais amplos de reflexão pedagógica e ressignificação coletiva dos resultados.

Os resultados das entrevistas evidenciou, ainda, que os desdobramentos do SIMAVE repercutem diretamente na organização do trabalho pedagógico desenvolvido pelas professoras, pela supervisão pedagógica e pela gestão escolar. No trabalho docente, observou-se maior direcionamento das práticas pedagógicas para habilidades relacionadas à leitura, à escrita e à resolução de problemas, além da ampliação de atividades de reforço, retomada de conteúdos e preparação para avaliações externas. Esse movimento contribuiu para a centralização de Língua Portuguesa e Matemática no cotidiano escolar, influenciando a definição de prioridades curriculares e o planejamento das aulas.

Na atuação da supervisão pedagógica, identificou-se intensificação das funções relacionadas à análise, interpretação e socialização dos resultados, bem como ao

acompanhamento das ações desenvolvidas pelas professoras após a divulgação dos indicadores. A supervisão assumiu papel estratégico na mediação entre os dados produzidos pelo sistema avaliativo e as demandas pedagógicas da escola, ainda que esse processo ocorresse de forma predominantemente técnica e centralizada.

No âmbito da gestão escolar, os resultados do SIMAVE passaram a orientar discussões relacionadas ao desempenho institucional e ao monitoramento dos indicadores educacionais, reforçando práticas de acompanhamento e cobrança por melhoria dos resultados. Contudo, observou-se que tais ações ainda apresentam caráter pontual e reativo, sem consolidação de políticas institucionais contínuas voltadas à construção de uma cultura avaliativa crítica e formativa.

Esse movimento dialoga com os estudos de Werle et al. (2016), que apontam que a ausência de políticas institucionais de formação continuada e de tempos pedagógicos sistematizados limita a consolidação de uma cultura avaliativa crítica. Nessas condições, os dados das avaliações externas tendem a ser incorporados de forma episódica, sem promover mudanças estruturais no currículo, nas metodologias de ensino ou nas estratégias de acompanhamento da aprendizagem.

Os dados desta pesquisa indicaram que os desdobramentos do SIMAVE incidem mais intensamente sobre aspectos relacionados ao monitoramento do desempenho e à reorganização imediata de conteúdos do que sobre processos permanentes de reflexão pedagógica coletiva. Dessa forma, as ações desenvolvidas pelas escolas investigadas mostraram-se mais voltadas à resposta aos indicadores produzidos pelo sistema avaliativo do que à construção de estratégias pedagógicas contínuas e articuladas às necessidades formativas dos estudantes.

Os achados desta pesquisa corroboram as análises de Dantas (2015) e Oliveira (2021), ao evidenciarem que as avaliações externas influenciam predominantemente práticas pedagógicas de curto prazo, voltadas à melhoria dos resultados mensuráveis, sem necessariamente incidir sobre as condições pedagógicas, institucionais e sociais que produzem as desigualdades educacionais.

Nesse contexto, destaca-se o papel central da gestão escolar e da supervisão pedagógica na mediação dos resultados do SIMAVE. Conforme defendem Brooke, Cunha e Faleiros (2011) e Borges *et al.* (2022), esses profissionais assumem a responsabilidade pela socialização dos dados, pela organização dos momentos de discussão e pela orientação das equipes docentes. Contudo, os resultados indicam que essa mediação, embora fundamental, ainda ocorre de forma limitada, carecendo de maior intencionalidade formativa e de apoio institucional.

4.4 Articulação entre Levantamento Bibliográfico, Análise Documental, Entrevistas e Produto Educacional

A articulação entre o levantamento bibliográfico, a análise documental e as entrevistas realizadas nesta pesquisa, permitiu compreender, de forma integrada, os sentidos, os usos e os limites do Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE) no contexto das escolas municipais investigadas. Ao confrontar os achados empíricos com a produção acadêmica analisada, evidenciou-se uma convergência significativa entre o que a literatura aponta como desafios estruturais das avaliações externas e aquilo que se materializa no cotidiano escolar.

A triangulação entre os diferentes procedimentos metodológicos possibilitou compreender que os efeitos do SIMAVE ultrapassam a dimensão avaliativa e incidem diretamente sobre a organização do trabalho pedagógico, os processos de gestão escolar e as práticas desenvolvidas pelas professoras dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Os dados evidenciaram que a avaliação externa influencia a definição de prioridades pedagógicas, a organização de intervenções de aprendizagem, a realização de simulados e o monitoramento do desempenho escolar, especialmente nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática.

Ao mesmo tempo, os resultados revelaram que essa apropriação ocorre de maneira predominantemente fragmentada e reativa, marcada pela centralização da leitura dos dados na gestão escolar e na supervisão pedagógica e pela limitada participação coletiva dos docentes nos processos de análise e tomada de decisão pedagógica.

Observou-se, ainda, que a ausência de formação continuada específica e de tempos institucionais destinados à reflexão coletiva limita o potencial formativo do SIMAVE, favorecendo usos mais voltados ao acompanhamento de indicadores e à correção imediata de dificuldades do que à construção de práticas pedagógicas críticas, contextualizadas e orientadas à equidade educacional.

O levantamento bibliográfico revelou que as produções científicas sobre o SIMAVE e outras avaliações externas convergiram na compreensão de que esses sistemas são frequentemente apropriados pelas escolas como instrumentos predominantemente diagnósticos e regulatórios, com forte ênfase nos resultados quantitativos e nos indicadores de desempenho (Bonamino; Sousa, 2018; Borges, 2019). Os estudos analisados evidenciaram, de forma recorrente, os desafios relacionados à conversão dos dados avaliativos em práticas pedagógicas sistemáticas e reflexivas, especialmente em contextos marcados por limitações institucionais,

insuficiência de processos formativos e restrição de tempos coletivos destinados à análise crítica dos resultados (Brooke; Soares, 2019).

Essa perspectiva teórica encontra respaldo direto nos dados documentais analisados nesta pesquisa. A ausência de registros sistematizados nos Projetos Políticos Pedagógicos, regimentos escolares e demais documentos institucionais, evidencia que os resultados do SIMAVE ainda não estão incorporados de maneira orgânica ao planejamento pedagógico das escolas. Essa constatação dialoga com as análises de Souza (2011) e Stroppa (2022), ao indicarem que a simples disponibilização dos dados não garante sua apropriação pedagógica, sendo necessária a construção de políticas locais e estratégias institucionais que promovam uma cultura avaliativa crítica e formativa.

As entrevistas com diretoras, supervisor pedagógico e professoras reforçaram e aprofundaram essa compreensão. As falas dos sujeitos evidenciaram que o SIMAVE é reconhecido como um importante instrumento de avaliação da aprendizagem, especialmente em Língua Portuguesa e Matemática; porém, sua utilização no cotidiano escolar ocorre de forma fragmentada, pontual e reativa. Assim como apontado na literatura, os dados são mobilizados, majoritariamente, para ações de reforço escolar, retomada de conteúdos e ajustes imediatos no planejamento, sem incidir de forma estrutural sobre as práticas pedagógicas, o currículo ou as condições institucionais de ensino-aprendizagem (Dantas, 2015; Oliveira, 2021).

Observou-se, ainda, uma forte dependência da mediação da gestão escolar e da supervisão pedagógica na leitura e socialização dos resultados, aspecto amplamente discutido nos estudos de Borges et al. (2022) e Silveira e Previtali (2022). Essa centralização, embora necessária diante das dificuldades relatadas pelos docentes, revela limites na construção de processos coletivos de análise e de corresponsabilização pedagógica, restringindo o potencial formativo das avaliações externas.

Outro ponto de convergência entre os diferentes procedimentos metodológicos refere-se à ausência de formação continuada específica para a compreensão e interpretação dos dados avaliativos. Tanto a literatura quanto os dados empíricos indicam que a falta de investimento formativo compromete o uso qualificado dos resultados do SIMAVE, reforçando uma lógica classificatória e corretiva, em detrimento de uma perspectiva reflexiva e orientada à equidade educacional (Barbosa, 2020; Brooke, 2019).

Dessa forma, a articulação entre os diferentes procedimentos metodológicos evidencia que os limites observados na apropriação do SIMAVE não decorrem exclusivamente das práticas escolares, mas estão relacionados a condicionantes institucionais, formativas e

organizacionais mais amplas. Ao mesmo tempo, os achados reforçam o potencial do sistema como instrumento de diagnóstico e apoio à tomada de decisão pedagógica, desde que acompanhado de políticas de formação, tempos institucionais de análise e mediações qualificadas.

Nesse sentido, os resultados integrados desta pesquisa fundamentam a proposição do produto educacional “SIMAVE em Foco: Como Transformar Dados em Ação Pedagógica”, concebido como proposta de apoio à apropriação pedagógica dos resultados do SIMAVE no contexto das escolas municipais investigadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como propósito central analisar os desdobramentos do Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE) no contexto de duas escolas municipais do sul de Minas Gerais, a partir das percepções de professoras, diretoras e do supervisor pedagógico. A pesquisa buscou compreender de que forma os resultados das avaliações externas são apropriados pelas escolas e quais desdobramentos esses dados produzem no trabalho pedagógico, na gestão escolar e na supervisão educacional, problema de pesquisa que deu origem à investigação e orientou todo o percurso desenvolvido.

Elencado a tal fato, a pesquisa foi realizada por meio de levantamento bibliográfico, análise documental de registros institucionais das escolas investigadas e entrevistas semiestruturadas com professoras do 2º ao 5º ano do Ensino Fundamental, diretoras e um supervisor pedagógico. Os dados produzidos foram tratados por meio da análise de conteúdo, possibilitando a construção de categorias analíticas coerentes com os objetivos da pesquisa e com o referencial teórico adotado.

No que se refere à organização do trabalho, a primeira seção teve como foco discutir as avaliações externas no contexto das políticas educacionais, apresentando o histórico, a estrutura, os indicadores e os resultados do SIMAVE. Nessa seção, foram problematizados os limites e as possibilidades das avaliações em larga escala, especialmente no que diz respeito ao uso pedagógico de seus resultados e às tensões entre regulação, controle e potencial formativo, estabelecendo as bases teóricas para a análise empírica.

A segunda seção apresentou os caminhos metodológicos da pesquisa, detalhando a abordagem qualitativa adotada, a delimitação temporal e espacial do estudo, os participantes envolvidos, os procedimentos de coleta de dados e a técnica de análise de conteúdo. Destacou-se, nessa parte do trabalho, a concepção da entrevista como um procedimento metodológico que possibilita acessar percepções, interpretações e sentidos produzidos pelos sujeitos em seus contextos de atuação, garantindo coerência entre os pressupostos metodológicos e a análise desenvolvida.

A terceira seção dedicou-se ao mapeamento da produção científica sobre o SIMAVE em bases bibliográficas, evidenciando lacunas na literatura, sobretudo no que se refere a estudos empíricos desenvolvidos em redes municipais de ensino. Esse levantamento reforçou a relevância da pesquisa ao demonstrar a necessidade de investigações que considerem as formas concretas de apropriação dos resultados das avaliações externas pelas escolas.

A quarta seção, destinada à análise dos dados empíricos, permitiu problematizar o tema pesquisado a partir dos resultados obtidos por meio da análise documental e das

entrevistas. Os achados evidenciam que o SIMAVE ocupa um lugar significativo no cotidiano escolar, sendo reconhecido como um importante instrumento de diagnóstico da aprendizagem. Contudo, a pesquisa revelou que a utilização pedagógica de seus resultados ainda ocorre de forma pontual, fragmentada e, em muitos casos, limitada a procedimentos burocráticos. As entrevistas evidenciaram dificuldades relacionadas à leitura, interpretação e uso dos dados avaliativos, à ausência de formação continuada específica e ao tempo reduzido destinado à análise coletiva dos resultados, aspectos que limitam a construção de uma cultura avaliativa crítica, colaborativa e formativa.

No que se refere às limitações da pesquisa, destaca-se o recorte empírico restrito a duas escolas municipais, o que não permite generalizações para outros contextos educacionais. Além disso, a investigação concentrou-se nas percepções dos sujeitos escolares, não contemplando diretamente a análise das ações pedagógicas decorrentes da utilização dos dados do SIMAVE em relação ao desempenho dos estudantes. Essas limitações não invalidam os resultados alcançados, mas indicam a necessidade de cautela na interpretação e ampliação dos achados para outros contextos.

Como encaminhamentos, sugere-se que pesquisas futuras ampliem o número de escolas investigadas e aprofundem a análise das relações entre formação continuada, gestão escolar e uso pedagógico dos dados das avaliações externas. Estudos que articulem o uso dos resultados do SIMAVE às práticas pedagógicas e aos processos de aprendizagem dos estudantes também se mostram relevantes para o avanço do campo.

Por fim, destaca-se como contribuição deste trabalho a elaboração do produto educacional “SIMAVE em Foco: Como Transformar Dados em Ação Pedagógica”, configurado como um conjunto de orientações pedagógicas, concebido a partir das demandas identificadas na literatura e no campo empírico. Esse material busca apoiar professores, gestores e supervisores pedagógicos na leitura, interpretação e utilização dos dados do SIMAVE, favorecendo o uso formativo da avaliação e a transformação dos resultados em ações pedagógicas contextualizadas. Em síntese, a pesquisa reafirma que o SIMAVE possui potencial para contribuir com a melhoria da qualidade da educação pública e com a promoção da equidade educacional, desde que seus resultados sejam apropriados de forma crítica, reflexiva e coletiva.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação educacional:** regulação e emancipação**.** São Paulo: Cortez, 2009.

ALMEIDA, Adriana Gonçalves de; FERNANDES, JosianeAparecida; NUNES, Stella Maris Lemos. **BNCC, SAEB e PROALFA:** um estudo das habilidades matemáticas. Campina Grande, PB: Realize Editora, 2023.

ALAVARSE, Ocimar Munhoz. **Avaliação educacional no Brasil**: um estudo de caso. 1 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

ARAÚJO, Abelardo Bento; SILVA, Maria Aparecida da. O lugar do Sistema Mineiro de Avaliação Pública (SIMAVE) na busca pela qualidade da educação no Brasil. **Roteiro,** Joaçaba,
v. 36, n. 2, p. 205-224, dez. 2011.

BARBOSA, L. C. M. **O uso dos resultados do SIMAVE e suas possíveis implicações para gestores escolares e professores:** o caso das escolas públicas de Formiga – MG. 2020. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2016.

BORGES, Regilson Maciel; CARVALHO, Karolayne Rezende de *et al*. Usos dos resultados das avaliações externas pelas secretarias de educação, gestores escolares e professores: análise da produção científica publicada no Brasil (2008-2018). **Colloquium Humanarum,** Presidente Prudente, v. 19, p. 16-33, jan./dez. 2022.

BORGES, Ronaldo Martins. **Apropriação de resultados do Sistema Mineiro de Avaliação (SIMAVE) no ensino médio:** desafios e possibilidades para uma gestão colaborativa. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, Juiz de Fora, 2019.

BONAMINO, A. M.; SOUSA, S. F. Uso de dados de avaliação externa: implicações para a prática pedagógica. **Educação em Revista,** Belo Horizonte, v. 34, n. 1, p. 23-47, 2018.

BOWEN, Glenn A. Document analysis as a qualitative research method. **Qualitative Research Journal,** v. 9, n. 2, p. 27-40, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 98, p. 44-46, 24 maio 2016.

BRINKMANN, Svend; KVALE, Steinar. **Interviews:** learning the craft of qualitative research interviewing. 3rd ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2015.

BROOKE, Nigel; CUNHA, Maria Amália de Almeida.; FALEIROS, Matheus. **A avaliação externa como instrumento da gestão educacional nos estados.** São Paulo: Fundação Victor Civita, 2011. Relatório final.

BROOKE, N.; SOARES, J. F. **Pesquisa em educação:** modelos de análise quantitativa. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019.

BROOKHART, Susan M. **How to create and use rubrics for formative assessment and grading**. 2. ed. Alexandria, VA: ASCD, 2013.

CARVALHO, Karolayne Rezende de. A discussão sobre o uso dos resultados do Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE) pelos professores: análise de

documentos oficiais. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFLA**,** 34., 2021, Lavras. **Anais** […]. Lavras: CIUFLA, 2022.

CARVALHO, Karolayne Rezende de. A produção de conhecimento acadêmico-científico sobre os usos das avaliações externas pelos professores: uma pesquisa bibliográfica. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFLA**,** 34., 2021, Lavras. **Anais** […]. Lavras: CIUFLA, 2020.

CARVALHO, Karolayne Rezende de. Usos da avaliação externa pelos professores: análise da produção de conhecimento sobre o SIMAVE. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFLA**,** 34., 2021, Lavras. **Anais** […]. Lavras: CIUFLA, 2021.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, J. *et al*. **A pesquisa qualitativa:** enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

COSTA, Anderson Gonçalves; VIDAL, Eloisa Maia; VIEIRA, Sofia Lerche. Avaliação em larga escala no Brasil: entre a coordenação federativa e o ethos do Estado-avaliador. **Educação em Questão,** Natal, v. 57, n. 51, p. 1-29, e-15806, jan./mar. 2019.

DANTAS, Larissa Martins. **Avaliação externa e prática docente:** o caso do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE) em uma escola em Maracanaú-CE. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

FRANCO, Karla Oliveira; CALDERÓN, Adolfo Ignacio. O SIMAVE à luz das três gerações de avaliação da educação básica. **Estudos em Avaliação Educacional,** São Paulo, v. 28, n. 67,
p. 132-159, jan./abr. 2017.

FREITAS, Luiz. Carlos de. **Avaliação da aprendizagem:** uma perspectiva crítica. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GATTI, Bernardete Angelina. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Liber Livro, 2012.

GATTI, Bernadete Angelina. Avaliação educacional no Brasil: pontuando uma questão em debate. **Estudos em Avaliação Educacional,** São Paulo, v. 25, n. 59, p. 8-18, jan./abr. 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mediadora:** uma prática em construção da pré-escola à universidade. 33. ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

KISTEMANN JÚNIOR, Marco Aurélio; GOUVÊA, Carolina de Lima. Uma investigação com professores de matemática e sua leitura dos resultados das avaliações em larga escala (PROEB). **Pesquisa e Debate em Educação,** Juiz de Fora, v. 9, n. 1, p. 606-624, 2019. Disponível
em:<https://www.researchgate.net/publication/347066978_Uma_investigacao_com_professores_de_matematica_e_sua_leitura_dos_resultados_das_avaliacoes_em_larga_escala_PROEB>
.Acesso em: 17 maio 2026.

MARCONI, Marina de Andrade.; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade**.** 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2016.

OLIVEIRA, Danilo Terra de. **Impactos da avaliação externa na prática pedagógica de professoras dos anos iniciais:** uma análise do Sistema de Avaliação do Ensino Municipal de Itabira (SAEMI), Minas Gerais. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

OLIVEIRA, Wilson Fernandes de. **Apropriação dos resultados das avaliações do SIMAVE/PROEB na Escola Estadual Santo Antônio de Salinas.** 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, Juiz de Fora, 2021.

ROCHA, Gladys. **Avaliação externa: definição.** Belo Horizonte: Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (CEALE/UFMG), 2012.

SILVEIRA, Elizeth Rezende Martins; PREVITALI, Fabiane Santana. Avaliação de desempenho individual e o SIMAVE como instrumentos de gestão e regulação em Minas Gerais: implicações para os trabalhadores docentes. **Educação e Políticas em Debate,** Uberlândia, v. 11, n. 3, p. 1075-1094, set./dez. 2022.

SOUSA, Sandra Zákia.; OLIVEIRA, Regina Lucia Pires. Avaliação educacional: aspectos da trajetória recente. **Cadernos de Pesquisa,** São Paulo, v. 40, n. 139, p. 687-718, set./dez. 2010.

SOUSA, Sandra Zákia. Avaliação em larga escala e políticas educacionais: o desafio do uso dos resultados nas escolas. *In:* BROOKE, N.; SOUSA, S. Z. (org.). **Avaliação externa da educação no Brasil:** expansão com qual qualidade? São Paulo: Moderna, 2011. p. 95-112.

STROPPA, Elder. A utilização do Simade e do Simave como meios de administração e avaliação educacional das escolas públicas estaduais em Minas Gerais. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 24, n. 42, 2022.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. **Avaliação educacional e mudanças pedagógicas:** limites e possibilidades. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

APÊNDICES

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Tema da pesquisa: Os desdobramentos do SIMAVE no contexto de duas escolas do sul de Minas Gerais

Sujeitos da pesquisa: Professoras do 2º ao 5º ano, diretoras e supervisor pedagógico

EIXO 1 – Compreensões sobre o SIMAVE e sua finalidade

1. O que você compreende sobre o Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE)?
2. Na sua percepção, qual é a finalidade das avaliações externas, como o SIMAVE, no contexto da escola pública?

EIXO 2 – Apropriação dos dados e planejamento pedagógico

3. De que forma os resultados do SIMAVE são apresentados e discutidos na escola em que você atua?
4. Os dados do SIMAVE são considerados em reuniões pedagógicas ou no planejamento coletivo? Caso afirmativo, poderia explicar como isso ocorre?

EIXO 3 – Desdobramentos nas práticas pedagógicas e de gestão

5. Você já utilizou ou presenciou o uso dos resultados do SIMAVE para orientar práticas pedagógicas ou tomadas de decisão na escola? Poderia relatar algum exemplo?
6. A escola desenvolve ações pedagógicas ou de gestão a partir dos resultados das avaliações externas? Quais ações você destacaria?

EIXO 4 – Formação docente e desafios na utilização dos dados

7. A escola oferece momentos de formação ou estudo voltados à interpretação e ao uso dos dados do SIMAVE? Como esses momentos acontecem?
8. Quais são os principais desafios enfrentados pela equipe escolar para utilizar os dados do SIMAVE no cotidiano pedagógico?

EIXO 5 – Equidade educacional e possibilidades de aprimoramento

9. Na sua opinião, os resultados do SIMAVE contribuem para a reflexão sobre a equidade educacional na escola? Por quê?
10. Que sugestões você apresentaria para aprimorar a apropriação e a utilização dos resultados do SIMAVE no contexto da sua escola?

PRODUTO EDUCACIONAL

Tipo de produto proposto: Conjunto de orientações pedagógicas

Nome: Karolayne Rezende de Carvalho

Orientador (a): Prof. Dr. Regilson Maciel Borges

Título: SIMAVE em Foco: Como Transformar Dados em Ação Pedagógica

Introdução

No âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação, em nível de Mestrado *stricto sensu*, da Universidade Federal de Lavras (UFLA), a elaboração de um produto educacional constitui uma exigência acadêmica que visa articular a pesquisa científica à prática pedagógica. Tal exigência fundamenta-se na compreensão de que a produção de conhecimento no campo educacional deve resultar em contribuições concretas para o cotidiano das escolas, especialmente no contexto da educação pública, fortalecendo a relação entre teoria, pesquisa e prática profissional.

As avaliações em larga escala vêm ganhando espaço nas políticas educacionais brasileiras, sobretudo por seu papel no diagnóstico da qualidade do ensino e no direcionamento de ações pedagógicas. Em Minas Gerais, o Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE) configura-se como um importante instrumento para monitorar a aprendizagem dos estudantes e subsidiar a tomada de decisões por parte das escolas e da gestão educacional. Contudo, o desafio não reside apenas na aplicação das avaliações, mas, principalmente, na apropriação e no uso pedagógico de seus resultados no contexto escolar.

Diante desse cenário, o presente conjunto de orientações pedagógicas foi elaborado como produto educacional articulado à pesquisa de mestrado que investigou os desdobramentos do SIMAVE no contexto de duas escolas públicas do sul do estado de Minas Gerais. A pesquisa evidenciou dificuldades recorrentes relacionadas à leitura, à interpretação e à utilização dos dados avaliativos, bem como limites no uso desses resultados como subsídio para o planejamento pedagógico e para a promoção da equidade educacional.

Assim, este produto educacional tem como finalidade oferecer apoio técnico e prático aos professores, gestores e supervisores pedagógicos na leitura, interpretação e uso dos dados do SIMAVE, com ênfase nos programas PROALFA e PROEB. Ao transformar dados estatísticos em informações pedagógicas acessíveis, o conjunto de orientações pedagógicas busca fortalecer a avaliação como instrumento formativo, capaz de subsidiar decisões pedagógicas e contribuir para a melhoria das aprendizagens.

A literatura aponta que os dados provenientes das avaliações externas devem ser compreendidos como instrumentos de planejamento pedagógico, e não como mecanismos de controle ou punição. Para que isso ocorra, é necessário que as escolas disponham de subsídios que favoreçam a análise crítica dos relatórios e a proposição de ações contextualizadas, considerando as especificidades de cada realidade escolar. Nessa perspectiva, a proposta aqui apresentada reafirma a avaliação como parte constitutiva do processo educativo, a serviço da aprendizagem e da equidade.

Diante disso, este produto educacional parte do princípio de que os dados só produzem transformação quando interpretados com intencionalidade pedagógica e articulados a práticas coletivas e contínuas. Avaliar, nesse sentido, constitui um ato pedagógico comprometido com a aprendizagem e com a humanização do processo educativo. Dessa forma, o conjunto de orientações pedagógicas *"SIMAVE em Foco: como transformar dados em ação pedagógica"* apresenta, de maneira objetiva e visual, um percurso que vai do diagnóstico ao replanejamento, promovendo o uso formativo da avaliação em todas as suas etapas.

Objetivo Geral

Oferecer orientações pedagógicas que auxiliem os profissionais da educação na análise e utilização dos dados do SIMAVE, visando à promoção de intervenções pedagógicas eficazes no contexto escolar.

Objetivos Específicos

- Apresentar os principais conceitos relacionados ao SIMAVE, ao PROALFA e ao PROEB;
- Orientar professores, diretores e supervisores pedagógicos sobre a interpretação dos relatórios de desempenho;
- Propor estratégias práticas de intervenção pedagógica a partir dos resultados das avaliações;
- Incentivar o uso formativo dos dados, evitando interpretações de caráter punitivo ou meramente classificatório.

Justificativa

O SIMAVE configura-se como uma importante ferramenta de avaliação da educação pública em Minas Gerais; entretanto, seus dados nem sempre são plenamente compreendidos ou utilizados pelas escolas de forma pedagógica. A pesquisa que fundamenta este produto educacional evidenciou que, em muitos casos, os resultados permanecem restritos ao

cumprimento de demandas institucionais, sem repercussões significativas no planejamento e na prática docente.

Nesse contexto, este produto educacional buscou contribuir para o enfrentamento dessa lacuna ao oferecer aos profissionais da educação um material prático, visual e objetivo, que favoreça a transformação dos dados do SIMAVE em ações pedagógicas voltadas à melhoria da aprendizagem dos estudantes. A proposta também responde à necessidade de alinhar teoria e prática no cotidiano escolar, fortalecendo o uso da avaliação como instrumento de reflexão, planejamento e tomada de decisão pedagógica.

Desenvolvimento do Protótipo

Descrição da proposta

O conjunto de orientações pedagógicas denominado *"SIMAVE em Foco: como transformar dados em ação pedagógica"* apresenta, de forma objetiva e visual, as etapas do ciclo pedagógico de apropriação dos dados do SIMAVE, contemplando: o recebimento dos resultados, a leitura e interpretação dos relatórios, o planejamento das ações, a execução das intervenções pedagógicas e o replanejamento.

O material inclui conceitos básicos sobre o sistema de avaliação, sugestões práticas de intervenção pedagógica, checklists direcionados aos profissionais da escola, modelos de plano de ação e orientações para reuniões pedagógicas. O foco da proposta está na clareza, na aplicabilidade e no suporte à rotina escolar, contribuindo para o fortalecimento de uma cultura avaliativa de caráter formativo.

CRONOGRAMA DE ELABORAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Etapa	Atividade	Período
1	Estudo e análise documental do SIMAVE, PROALFA e PROEB	ago.–set./2024
2	Levantamento das dificuldades e demandas das escolas participantes	set.–out./2024
3	Elaboração do conteúdo teórico e prático	nov.–dez./2024
4	Validação do material com professores e supervisores pedagógicos	jan.–fev./2025
5	Revisão, diagramação e finalização do produto educacional	mar.–dez./2025
6	Apresentação final do produto	dez./2025

REFERÊNCIAS

BROOKE, Nigel. **Avaliação externa da aprendizagem: desafios e possibilidades**. *Cadernos Cenpec*, São Paulo, n. 1, p. 101–112, 2006.

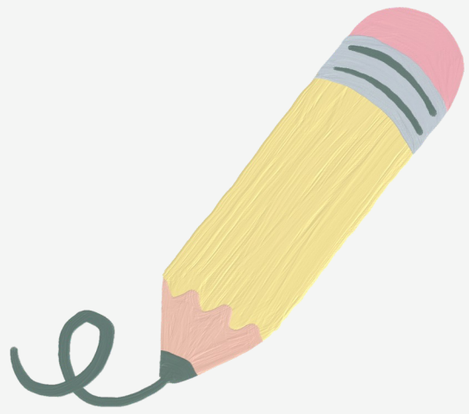
HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. 15. ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

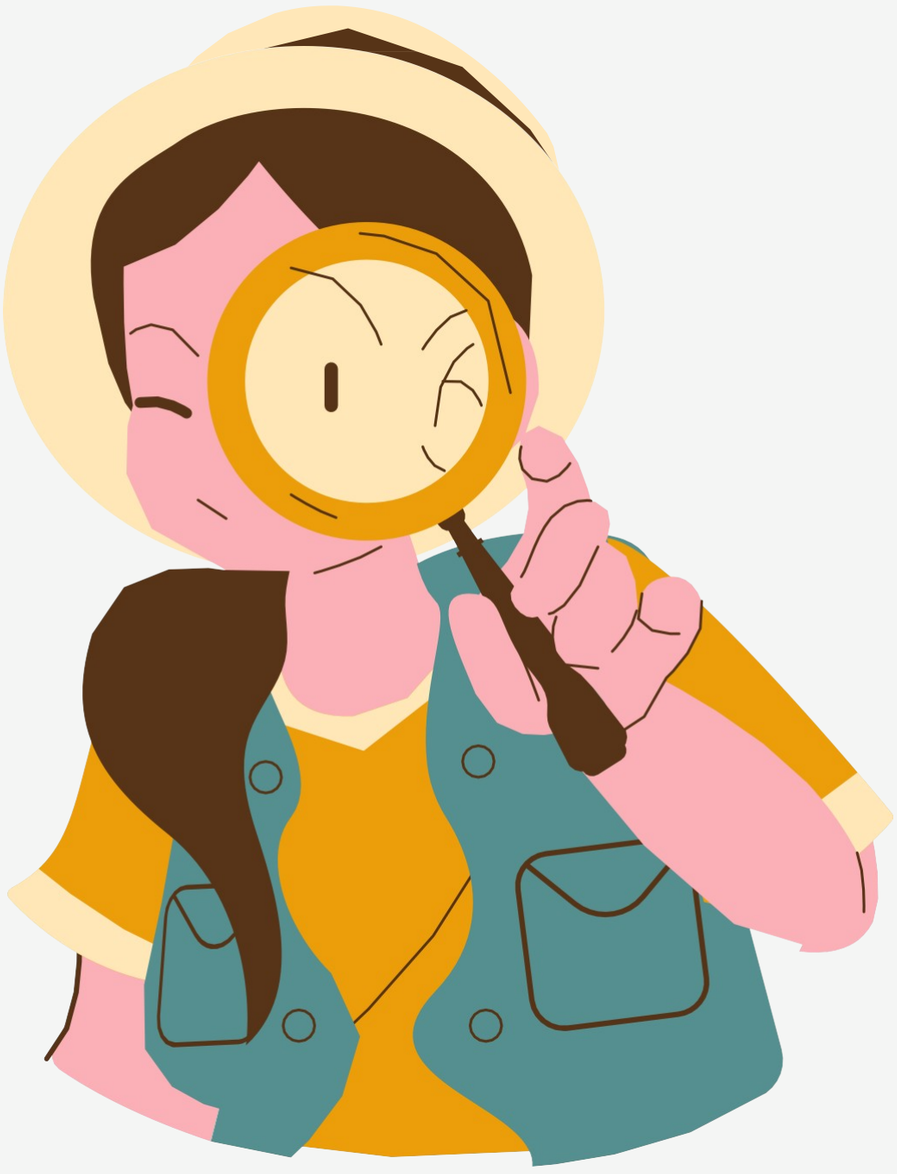
MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Relatórios técnicos do PROALFA e PROEB (SIMAVE)**. Belo Horizonte: SEE/MG.

SOUZA, Vera Lucia Trevisan de; CASTANHO, Maria Eugênia de Andrade. **A avaliação externa e os desafios da gestão escolar**. Campinas: Autores Associados, 2015.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 2003.



SIMAVE EM FOCO: COMO TRANSFORMAR DADOS EM AÇÃO PEDAGÓGICA



Autoria: Karolayne Carvalho

Orientação: Prof. Dr. Regilson Borges

APRESENTAÇÃO

Este conjunto de orientações pedagógicas foi desenvolvido como parte do trabalho de mestrado em Educação da Universidade Federal de Lavras (UFLA), com o objetivo de transformar os dados do Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE) em ações pedagógicas práticas e eficazes. A proposta visa auxiliar professores, gestores escolares e supervisores pedagógicos a interpretar os dados do SIMAVE de forma a melhorar a aprendizagem dos alunos e a promoção da equidade educacional.

O QUE É O SIMAVE?

O Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE) é um sistema de avaliação externa criado pelo Estado de Minas Gerais para monitorar a qualidade da educação pública, por meio de instrumentos como o Programa de Avaliação da Alfabetização (PROALFA) e o Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica (PROEB). Logo, ele avalia o desempenho dos estudantes em Língua Portuguesa e Matemática e produz relatórios com dados essenciais para a gestão pedagógica.

Histórico do SIMAVE

O SIMAVE foi criado com a missão de fornecer uma avaliação externa e independente para a educação pública de Minas Gerais. Desde a sua criação, tem desempenhado um papel fundamental no monitoramento contínuo da qualidade do ensino e no apoio à gestão educacional. Ele é um instrumento de diagnóstico essencial para as escolas, fornecendo dados que podem ser usados tanto para reflexão pedagógica quanto para definição de políticas públicas focadas na melhoria da educação.

O SIMAVE, por meio dos seus programas PROALFA e PROEB, realiza avaliações regulares que permitem às escolas identificar as áreas de maior necessidade de intervenção e a implementação de estratégias pedagógicas mais eficazes.

Por que usar os dados do SIMAVE?

Os dados do SIMAVE não devem ser vistos como mero instrumento de ranqueamento, mas como uma ferramenta de gestão e transformação pedagógica.

Com base neles, é possível:

- **Diagnosticar fragilidades e potencialidades da aprendizagem;**
- **Reorientar o planejamento de ensino;**
- **Promover ações que favoreçam a equidade entre os estudantes;**
- **Acompanhar o impacto das intervenções ao longo do tempo.**

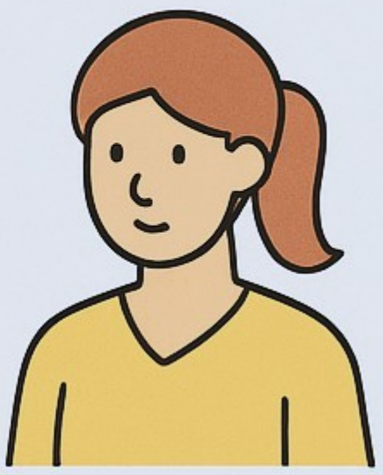
QUEM SÃO OS ATORES ENVOLVIDOS?

Professores

- Interpretam os resultados por turma e aluno.
- Identificam descritores com maior dificuldade.
- Replanejam atividades e metodologias com base nos dados

Diretoras

- Organizam reuniões pedagógicas
- Articulam ações a partir dos resultados.
- Acompanham metas e resultados institucionais.



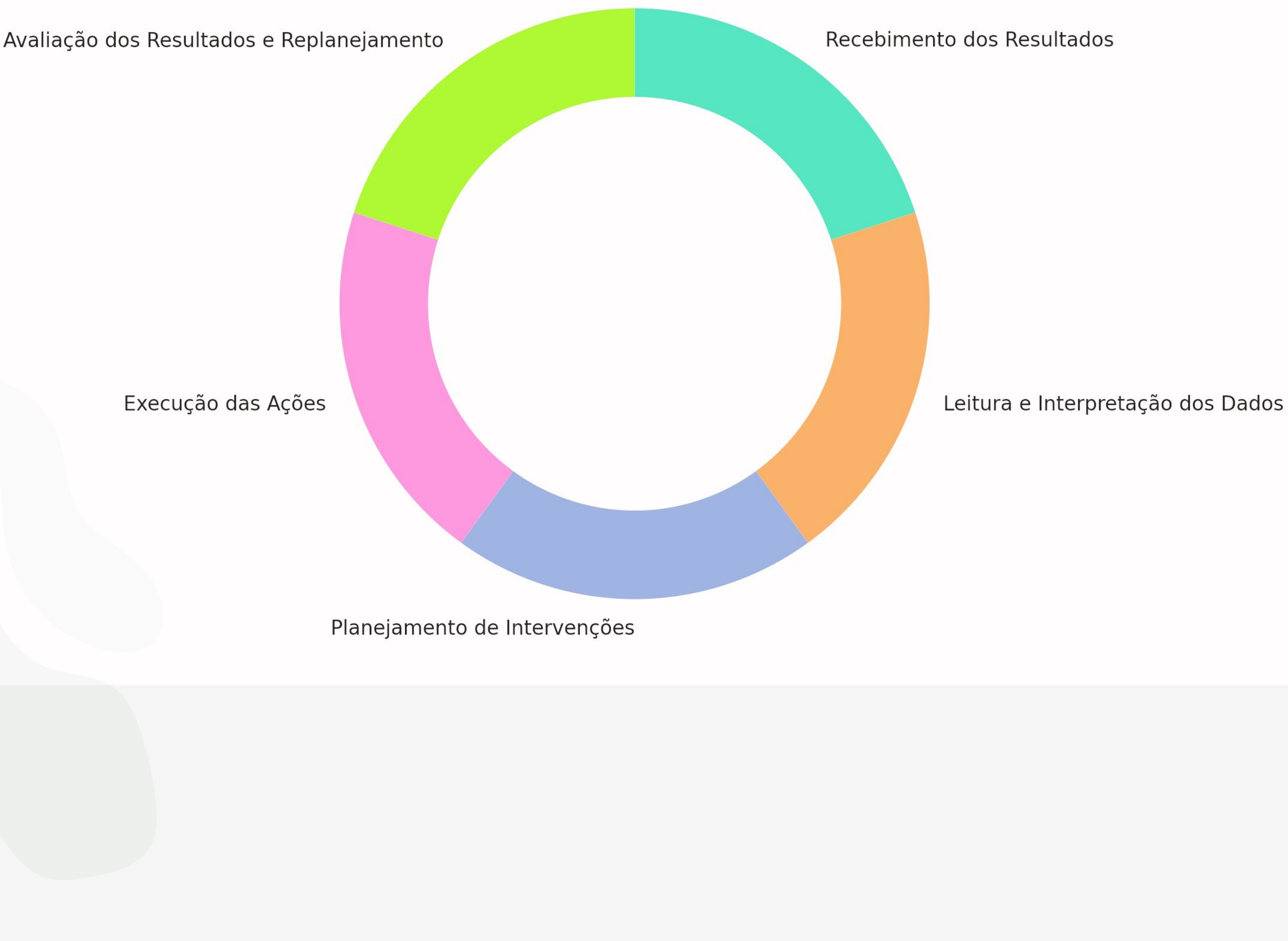
Supervisoras Pedagógicas

- Acompanham o uso pedagógico dos dados.
- Oferecem suporte técnico e formativo.
- Orientam planos de ação coletiva.

DO DADO À AÇÃO:

1. **Recebimento dos Resultados: momento inicial de acesso aos relatórios.**
2. **Leitura e Interpretação dos Dados: compreensão dos níveis de desempenho e dos descritores avaliados.**
3. **Planejamento de Intervenções: elaboração de estratégias focadas nos descritores críticos.**
4. **Execução das Ações: práticas pedagógicas direcionadas aos grupos com dificuldades.**
5. **Avaliação dos Resultados e Replanejamento: verificação dos efeitos das ações e ajustes necessários.**

O CICLO PEDAGÓGICO



COMO LER OS RELATÓRIOS DO SIMAVE

A leitura dos relatórios exige familiaridade com seus elementos principais:

- **Descritores: habilidades específicas cobradas nas avaliações.**
- **Níveis de proficiência: classificações que indicam o desempenho dos**
- **alunos.**

Gráficos e tabelas: evidenciam padrões e comparações por turma, escola e rede.

A chave é identificar quais habilidades demandam reforço imediato e em quais grupos.

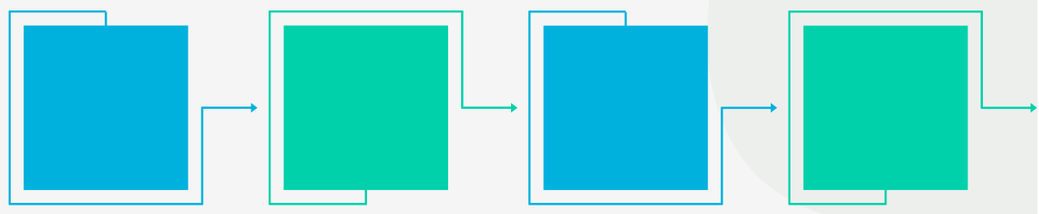
DIAGNÓSTICO:

O que os dados revelam?

O diagnóstico deve ser conduzido com foco pedagógico, respondendo a perguntas como:

- **Quais descritores apresentam maior percentual de erro?**
- **Quais turmas ou grupos estão em níveis críticos?**
- **Quais alunos necessitam de atenção prioritária?**

Esse olhar permite estratégias mais justas e eficientes, respeitando o contexto escolar.



AÇÕES PRÁTICAS SUGERIDAS

- **Agrupamento por nível de desempenho: agrupar os estudantes com base resultados, oferecendo nos intervenções específicas para cada nível de proficiência.**

- **Reforço em habilidades específicas: focar nas áreas de maior fragilidade identificadas nos relatórios.**

- **Uso de jogos e metodologias ativas: aplicar estratégias que estimulem o engajamento dos alunos, como jogos pedagógicos e atividades colaborativas.**

- **Monitoramento contínuo: acompanhar o progresso dos estudantes e ajustar as atividades pedagógicas conforme os resultados obtidos.**

Checklist para professores/direção/supervisão

☐ Li os relatórios do SIMAVE e participei da análise coletiva.

☐ Planejei ações pedagógicas baseadas nos dados.

☐ Apliquei estratégias focadas nas áreas críticas de aprendizagem.

☐ Realizei o acompanhamento contínuo dos alunos.

☐ Replanejei as intervenções conforme os resultados.

Instrumentos Pedagógicos de Apoio

1

QUADRO DE ANÁLISE

Área Avaliada	Habilidade / Descritor	Percentual de Acertos	Nível de Desempenho	Principais Dificuldades Identificadas
PORTUGUÊS	EX: LOCALIZAR INFORMAÇÕES EXPLICITAS NO TEXTO	___ %	BAIXO/ MÉDIO /ALTO	_____
MATEMÁTICA	EX:RESOLVER PROBELAMS DE ADIÇAÕ E SUBTRAÇÃO	___%	BAIXO/ MÉDIO /ALTO	_____

___

2

Diagnóstico Pedagógico com Base nos Dados do SIMAVE

Escola: _____

Turma/Ano: _____

Data da análise: _____

1. **Principais resultados observados:**

2. **Habilidades com maior dificuldade:**

3. **Possíveis causas das dificuldades:**

( ) Falta de pré-requisitos

( ) Metodologias pouco diversificadas

( ) Dificuldades de leitura/interpretação

( ) Outros: _____

4. **Alunos ou grupos que necessitam de maior intervenção:**

Plano de Ação Pedagógica a partir do SIMAVE

Problema Identificado	Objetivo da Intervenção	Estratégias Pedagogicas	Responsáveis	Prazo	Forma de Acompanhamento
Ex: Baixo desempenho em leitura	Melhorar a compreensão textual	Rodas de leitura, atividades dirigidas	Professor(a)	2 meses	Avaliacões diagnósticas

Orientação:

O plano deve ser revisto periodicamente conforme os avanços dos estudantes.

Roteiro de Reunião Pedagógica – Apropriação dos Dados do SIMAVE

- **Apresentação geral dos resultados do SIMAVE**
- **Leitura coletiva dos relatórios**
- **Identificação das habilidades críticas**
- **Discussão das possíveis causas**
- **Elaboração conjunta do plano de ação**
- **Definição de responsáveis e prazos**
- **Planejamento do acompanhamento**

Orientação:

Utilizar este roteiro em reuniões pedagógicas para promover o uso coletivo e formativo dos dados.

FICHA DE ACOMPANHAMENTO DAS INTERVENÇÕES

Turma:_____

Professor(a): _____

Ação Implementada Habilidade Trabalhada Data

Resultados Observados Ajustes Necessários

Orientação:

Registrar periodicamente os avanços e dificuldades para replanejamento das ações.

PARA SABER MAIS, ACESSE O QR CODE ABAIXO

ANEXO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS-COEP

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

Prezado(a) Senhor(a), você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa de forma totalmente voluntária da Universidade Federal de Lavras. Antes de concordar, é importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. Será garantida, durante todas as fases da pesquisa: sigilo; privacidade; e acesso aos resultados.

I - Título do trabalho experimental: "O Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE) e seus desdobramentos no contexto de duas escolas do sul do estado de Minas Gerais"
Pesquisador(es) responsável(is): Karolayne Rezende de Carvalho
Cargo/Função: Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFLA)
Instituição/Departamento: Universidade Federal de Lavras (UFLA)
Telefone para contato: (35) 99218-6076
Local da coleta de dados: Escola Municipal Padre Emílio Luiz Lunkes e Escola Municipal Maria Luiza da Paixão

II – OBJETIVOS

O objetivo desta pesquisa é analisar como duas escolas municipais se apropriam dos resultados do Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE) e quais são os desdobramentos dessa apropriação no trabalho docente, na gestão escolar e na supervisão pedagógica.

III – JUSTIFICATIVA

A pesquisa busca compreender de que maneira os resultados do SIMAVE são utilizados pelas equipes escolares e como podem subsidiar o replanejamento pedagógico e a tomada de decisões. Considerando lacunas identificadas na literatura sobre o uso do SIMAVE em redes municipais, este estudo pretende contribuir para o aprimoramento das práticas de ensino e gestão educacional.

IV - PROCEDIMENTOS DO EXPERIMENTO
Participantes: Professores do 2º ao 5º anos do ensino fundamental e gestores das escolas mencionadas.
Métodos: Entrevistas semiestruturadas com os participantes.
Análise documental de:

- Relatórios escolares relacionados ao desempenho no SIMAVE;
- Planos de ação pedagógica baseados nos resultados do SIMAVE;
- Diretrizes fornecidas pela Secretaria Municipal de Educação de Ijaci.
- **Autorização Documental:** O acesso aos documentos será formalizado por meio de Declaração de Autorização para Uso de Arquivos, Registros e Similares.

Os dados coletados serão armazenados em ambiente seguro e destruídos após a conclusão da pesquisa, conforme as normas éticas.

V - RISCOS ESPERADOS
Os riscos envolvidos são **mínimos**, limitados ao possível desconforto ao responder às entrevistas. Os participantes poderão recusar ou interromper sua participação a qualquer momento, sem justificativa ou prejuízo.

VI – BENEFÍCIOS
.A pesquisa oferecerá uma oportunidade para os participantes refletirem sobre práticas pedagógicas e de gestão, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias educacionais mais eficazes. Os resultados poderão auxiliar no aprimoramento da qualidade do ensino nas escolas participantes e em outras instituições educacionais.

VII – CRITÉRIOS PARA SUSPENDER OU ENCERRAR A PESQUISA
A pesquisa será suspensa ou encerrada em caso de qualquer dificuldade que comprometa a segurança, bem-estar ou integridade dos participantes, ou em situações que inviabilizem os procedimentos planejados.

VIII - CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Após ter sido informado(a) sobre os objetivos, procedimentos e possíveis implicações desta pesquisa, declaro que compreendi as informações apresentadas e consinto em participar voluntariamente.

Após convenientemente esclarecido pelo pesquisador e ter entendido o que me foi explicado, consinto em participar do presente Projeto de Pesquisa. Lavras, _____de _____de 20___.

_____ _____

Nome (legível) / RG Assinatura

ATENÇÃO! Por sua participação, você: não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira; será ressarcido de despesas que eventualmente ocorrerem; será indenizado em caso de eventuais danos decorrentes da pesquisa; e terá o direito de desistir a qualquer momento, retirando o consentimento sem nenhuma penalidade e sem perder quaisquer benefícios. Em caso de dúvida quanto aos seus direitos, escreva para o Comitê de Ética em Pesquisa em seres humanos da UFLA. Endereço – Campus Universitário da UFLA, Pró-reitoria de pesquisa, COEP, caixa postal 3037. Telefone: 3829-5182.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada com o pesquisador responsável e a outra será fornecida a você.

No caso de qualquer emergência entrar em contato com o pesquisador responsável pelo Telefones de contato: (35) 99218-6076.